licitações

leis@ilustrado.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTÔNIA

Estado do Paraná
EXTRATO DO CONTRATO DE FOrmENCImento Nº 102/2016

MODALIDADE PREGÃO Nº 090/2016, no Município de Altônia - PR
HOMOLOGADO ATRAVES DO DECRETO Nº 198 DE 09 DE JUNHO DE 2016

Pelo presente instrumento particular, celebram entre si o MUNICIPIO DE ALTÔNIA – PREFEITURA MUNICIPAL, inscrita no CNPJ nº 81.478.059/0001-91, doravante denominada CONTRATANTE, com sede administrativa na Rua Rui Barbosa, 815 – Centro, na cidade de Altônia, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Exmo. Sr. AMARILDO RIBEIRO NOVA TO, portador do RG nº 4.199.060-0 SSP/PR e CPF nº 570.142.999-72, residente na Rua Dom Pedro, 164 na cidade de Altônia, Estado do Paraná, e na qualidade de CONTRATADA empresa: AGUADO & GIAROLA LTDA - ME, inscrito no CNPJ sob nº 08.346.789-00, neste ato representada pelo ALEXANDRE DIAS AGUADO, portador do RG nº 04 do RG nº 0, CPF nº 02.655.759-08, residente na , na cidade de ALTÔNIA, Estado do PR, resolve firmar o presente Contrato de FOrmENCImento para entrega do objeto da Licitação na Modalidade PREGÃO Nº 061/2016, mediante cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

OBJETO
O presente Contrato de FOrmENCImento tem por objeto a Contratação de Empresa para fornecimento do Material Permanente (áudio e vídeo) para o Hospital Municipal, a seguir descritos:

Quant.	Descrição	Valor
01	Antena tipo parabólica Multi pontos instalados para recepção de sinais Banda C** com diâmetros mínimos da antena de 103 X320 X114 mm.Instalada	450,00
14	Receptor de Sinais, com 2 canais e canal em HD, controle remoto, recepção de sinais em banda K e KU, compatível com MPEG-2/MPEG-4 DVB-S DVB 32 compatível; chace disc saída de alta Definição (Y, PB, Pr e HDMI,saídas de áudio COAXIAL/áudio-L e Audio R, Bivolt instalação e cabeamento inclusos.	4.550,00

O presente contrato de fornecimento é de natureza civil, não cabendo outra forma de interpretação, firmado com o amparo da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, e fundamentado na licitação sob a modalidade PREGÃO Nº 061/2016, vencido pela contratada.

Os casos omissos serão dirimidos segundo os princípios jurídicos aplicáveis ao caso em tela.

DO VALOR
O valor dos lotes vencidos pela Empresa AGUADO & GIAROLA LTDA - ME e de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

VIGÊNCIA
O presente contrato terá vigência, com início em 10 de junho de 2016 e término em 09 de outubro de 2016, podendo ser prorrogado por até igual período, caso haja interesse entre as partes contratuais, e saldo nos itens licitados.

DA FORMA DE PAGAMENTO
Para efeito de pagamento, a contratada encaminhará à Prefeitura Municipal de Altônia, após Homologação, e entrega total dos Produtos, a Nota Fiscal, com as especificações detalhadas que acompanham os produtos, bem como deverá constar na Nota Fiscal, o tipo e o número da Licitação. Ex: "Pregão Nº061/2016".

Os pagamentos serão efetuados Em até 30 (trinta) dias após a conclusão do Objeto, de acordo com o sub-tem 16.1 do edital.

CONDIÇÕES PARA ENTREGA
Os produtos referentes aos lotes, desta licitação deverão ser entregues mediante solicitação do órgão responsável, em até 30 dias, no Município de Altônia – PR.

A SECRETARIA DE SAUDE, Rejeitará no todo ou em parte os produtos que estiverem em desacordo com as condições estabelecidas no Edital.

A DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Os recursos para pagamento decorrentes da aquisição do objeto da presente licitação serão recursos oriundos da Fonte: SECRETARIA DE SAUDE – DIVISÃO DE SAUDE –06.002.103020006.2.034.4490.51 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

Altônia-PR., 10 de junho de 2016.

CONTRATO DE FOrmENCImento Nº 103/2016
MODALIDADE PREGÃO Nº 056/2016

HOMOLOGADO ATRAVES DO DECRETO Nº 201/2016 DE 10 DE JUNHO DE 2016

Pelo presente instrumento particular, celebram entre si o MUNICIPIO DE ALTÔNIA – PREFEITURA MUNICIPAL, inscrita no CNPJ nº 81.478.059/0001-91, doravante denominada CONTRATANTE, com sede administrativa na Rua Rui Barbosa, 815 – Centro, na cidade de Altônia, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Exmo. Sr. AMARILDO RIBEIRO NOVA TO, portador do RG nº 4.199.060-0 SSP/PR e CPF nº 570.142.999-72, residente na Rua Dom Pedro, 164 na cidade de Altônia, Estado do Paraná, e na qualidade de CONTRATADA empresa: MEDICAL CIRURGICA LTDA - EPP, inscrito no CNPJ sob nº 08.346.789-00, neste ato representada pelo RODNEY DANILO PENTE, portador do RG nº 53246788 e do CPF nº 803.643.329-15, residente na cidade de São Paulo, Estado do SP, resolve firmar o presente Contrato de FOrmENCImento para entrega do objeto da Licitação na Modalidade PREGÃO Nº 066/2016, mediante cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

OBJETO
O presente Contrato de FOrmENCImento tem por objeto a Contratação de Empresa para FOrmENCImento de Equipamento Médico (bisturi Eletroônico) para uso no Hospital Municipal, a seguir descritos:

Quant.	Descrição	Valor
01	Bisturi do Tipo Eletroônico, com registro vigente na Anvisa, micro processado com no mínimo 7 funções, Ecut, coque puro, blend 1, blend 2, blend 3, coagulação spray e bipolar.	

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
O presente contrato de fornecimento é de natureza civil, não cabendo outra forma de interpretação, firmado com o amparo da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, e fundamentado na licitação sob a modalidade PREGÃO Nº 056/2016, vencido pela contratada.

Os casos omissos serão dirimidos segundo os princípios jurídicos aplicáveis ao caso em tela.

DO VALOR
O valor dos lotes vencidos pela Empresa: MEDICAL CIRURGICA LTDA - EPP e de R\$ 14.999,00 (quatorze mil novecentos e noventa e nove reais).

VIGÊNCIA
O presente contrato terá vigência de 04 (quatro) meses, com início em 13 de junho de 2016 e término em 12 de dezembro de 2016, podendo ser prorrogado por até igual período, caso haja interesse entre as partes contratuais, e saldo nos itens licitados.

DA FORMA DE PAGAMENTO
Para efeito de pagamento, a contratada encaminhará à Prefeitura Municipal de Altônia, após Homologação, e entrega total dos Produtos, a Nota Fiscal, com as especificações detalhadas que acompanham os produtos, bem como deverá constar na Nota Fiscal, o tipo e o número da Licitação. Ex: "Pregão Nº066/2016".

Os pagamentos serão efetuados Em até 30 (trinta) dias após a conclusão do Objeto, de acordo com o sub-tem 16.1 do edital.

CONDIÇÕES PARA ENTREGA
Os produtos referentes aos lotes, desta licitação deverão ser entregues mediante solicitação do órgão responsável, em até 30 dias, no Município de Altônia – PR.

A SECRETARIA DE SAUDE, Rejeitará no todo ou em parte os produtos que estiverem em desacordo com as condições estabelecidas no Edital.

A DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Os recursos para pagamento decorrentes da aquisição do objeto da presente licitação serão recursos oriundos da Fonte: SECRETARIA DE SAUDE – DIVISÃO DE SAUDE –06.002.103020006.034.4490.52 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

Altônia-PR., 13 de junho de 2016.

AUTORIZAÇÃO PARA FOrmENCImento A:
MEDICAL CIRURGICA LTDA – EPP.

EM ATÁ A SECRETARIA DE SAUDE
Atenciosamente, o Diretor de Administração, ref. ao item abaixo descrito:

Lote	Quant.	Descrição
1,0	1	Bisturi do Tipo Eletroônico, microprocessado com no mínimo 7 funções, ajuste de potência, com conexão para coagulador, certificado pela norma NBRIE C60-601-1 e 2 incluindo teste de Interferência EMC com testes inclusos.

Informamos que, a partir desta data, começamos a contar os prazos e condições de entrega do(s) produto(s)/ prestação de serviço e pagamento constantes na solicitação DO processo licitatório na modalidade Pregão PRESENCIAL Nº 56/2016, datada de 10 de junho de 2016 em nome da PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTÔNIA-PR.

Atenciosamente,
AMARILDO RIBEIRO NOVA TO
PREFEITO MUNICIPAL
DATA: 13 de junho de 2016

EXTRATO DO CONTRATO DE FOrmENCImento Nº 104/2016
MODALIDADE DISPENSA POR LIMITE Nº 027/2016

HOMOLOGADO ATRAVES DO TERMO DE RATIFICAÇÃO Nº 027/2016 DE 14 DE JUNHO DE 2016

Pelo presente instrumento particular, celebram entre si o MUNICIPIO DE ALTÔNIA – PREFEITURA MUNICIPAL, inscrita no CNPJ nº 81.478.059/0001-91, doravante denominada CONTRATANTE, com sede administrativa na Rua Rui Barbosa, 815 – Centro, na cidade de Altônia, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Exmo. Sr. AMARILDO RIBEIRO NOVA TO, portador do RG nº 4.199.060-0 SSP/PR e CPF nº 570.142.999-72, residente na Rua Dom Pedro, 164 na cidade de Altônia, Estado do Paraná, e na qualidade de CONTRATADA empresa: H J RIGOTTO & CIA LTDA, inscrito no CNPJ sob nº 19.415.445/0001-00, neste ato representada pelo Sr. Helio Jose Rigotto, portador do RG nº 18912254 e do CPF nº 370.734.439-87, residente na cidade de ALTÔNIA, Estado do PR, resolve firmar o presente Contrato de FOrmENCImento para entrega do objeto da Licitação na Modalidade DISPENSA POR LIMITE Nº 027/2016, mediante cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

OBJETO
O presente Contrato de FOrmENCImento tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA INTERFERENCIA EMC COM TESTES INCLUIDOS PARA INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE SOM NO CENTRO CULTURAL NELSON CADARI, a seguir descritos:

Lote	Quant.	Descrição
1	100	ABC PARA MICROFONE BALANCEADO
1	20	CONECTOR XLR MACHO
1	20	CONECTOR XLR FEMEA
1	02	CONECTOR SPEAKON
1	20	EQUALIZADOR 31 BANDA SAIDA LR - SUB
1	06	TOMADA 2 P + T PARA PERFIL EXTERNO
1	16	PERFIL 20, M COM DUPLA FURCO
1	60	FIO FLEXIVEL 2,5 MM
1	15	PARAFUSO ATTC CH 4,0 X 50, COM BUCHA
1	10	ISOLANTE 10 METROS

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
O presente contrato de fornecimento é de natureza civil, não cabendo outra forma de interpretação, firmado com o amparo da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, e fundamentado na licitação sob a modalidade DISPENSA POR LIMITE Nº 027/2016, vencido pela contratada.

Os casos omissos serão dirimidos segundo os princípios jurídicos aplicáveis ao caso em tela.

DO VALOR
O valor dos lotes vencidos pela Empresa: H J RIGOTTO & CIA LTDA e de R\$ 3.314,86 (três mil trezentos e quatorze reais e oitenta e seis centavos).

VIGÊNCIA
O presente contrato terá vigência, com início em 15 de junho de 2016 e término em 14 de outubro de 2016, podendo ser prorrogado por até igual período, caso haja interesse entre as partes contratuais, e saldo nos itens licitados.

CLÁUSULA QUINTA. DA FORMA DE PAGAMENTO
Para efeito de pagamento, a contratada encaminhará à Prefeitura Municipal de Altônia, após Homologação, e entrega total dos Produtos, a Nota Fiscal, com as especificações detalhadas que acompanham os produtos, bem como deverá constar na Nota Fiscal, o tipo e o número da Licitação. Ex: "Dispensa por Limite Nº027/2016".

Os pagamentos serão efetuados Em até 30 (trinta) dias após a conclusão do Objeto, de acordo com o sub-tem 16.1 do edital.

CONDIÇÕES PARA ENTREGA
Os produtos referentes aos lotes, desta licitação deverão ser entregues mediante solicitação do órgão responsável, em até 30 dias, no Município de Altônia – PR.

A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, Rejeitará no todo ou em parte os produtos que estiverem em desacordo com as condições estabelecidas no Edital.

A DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Os recursos para pagamento decorrentes da aquisição do objeto da presente licitação serão recursos oriundos da Fonte: Secretaria de educação – Divisão de Comunicação e Comunicação – 05.001.133920014.2.068.3390.30 – Material de Consumo

Altônia-PR., 16 de junho de 2016.

EXTRATO DO CONTRATO DE FOrmENCImento Nº 105/2016
MODALIDADE DISPENSA POR JUSTIFICATIVA Nº 028/2016

HOMOLOGADO ATRAVES DO TERMO DE RATIFICAÇÃO Nº 028 DE 14 DE JUNHO DE 2016

Pelo presente instrumento particular, celebram entre si o MUNICIPIO DE ALTÔNIA – PREFEITURA MUNICIPAL, inscrita no CNPJ nº 81.478.059/0001-91, doravante denominada CONTRATANTE, com sede administrativa na Rua Rui Barbosa, 815 – Centro, na cidade de Altônia, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Exmo. Sr. AMARILDO RIBEIRO NOVA TO, portador do RG nº 4.199.060-0 SSP/PR e CPF nº 570.142.999-72, residente na Rua Dom Pedro, 164 na cidade de Altônia, Estado do Paraná, e na qualidade de CONTRATADA empresa: ICAVEL VEICULOS LTDA, inscrito no CNPJ sob nº 08.838.430/0002-20, neste ato representada pelo Sr. João Carlos Scopel, portador do RG nº 1220747 e do CPF nº 248.647.969-00, residente na cidade de CASCAVEL, Estado do PR, resolve firmar o presente Contrato de FOrmENCImento para entrega do objeto da Licitação na Modalidade DISPENSA POR JUSTIFICATIVA Nº 028/2016, mediante cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

OBJETO
O presente Contrato de FOrmENCImento tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FOrmENCImento DE FILTROS E OLEO LUBRIFICANTE PARA REVISÃO DO ONIBUS MASCARELLO, DA SECRETARIA DE SAUDE, a seguir descritos:

Lote	Quant.	Descrição	Valor
01	01	ELEM. FILTRO LUBRIFICANTE	377,95
01	01	ELEM. FILTRO DIESEL	
01	01	ELEM. FILTRO DIESEL	
01	01	ELEM. FILTRO DIESEL	
1	01	ELEMENTO FILTRO AR FLEETGUARD	
2	14	ÓLEO MOTOR 10W40 ALMAX AGRANEL	454,92

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
O presente contrato de fornecimento é de natureza civil, não cabendo outra forma de interpretação, firmado com o amparo da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, e fundamentado na licitação sob a modalidade DISPENSA POR JUSTIFICATIVA Nº 028/2016, vencido pela contratada.

Os casos omissos serão dirimidos segundo os princípios jurídicos aplicáveis ao caso em tela.

DO VALOR
O valor dos lotes vencidos pela Empresa: ICAVEL VEICULOS LTDA e de R\$ 832,87 (oitocentos e trinta e dois reais e oitenta e sete centavos).

VIGÊNCIA
O presente contrato terá vigência de 04 (quatro) meses, com início em 15 de junho de 2016 e término em 14 de outubro de 2016, podendo ser prorrogado por até igual período, caso haja interesse entre as partes contratuais, e saldo nos itens licitados.

DA FORMA DE PAGAMENTO
Para efeito de pagamento, a contratada encaminhará à Prefeitura Municipal de Altônia, após Homologação, e entrega total dos Produtos, a Nota Fiscal, com as especificações detalhadas que acompanham os produtos, bem como deverá constar na Nota Fiscal, o tipo e o número da Licitação. Ex: "Dispensa por Justificativa Nº028/2016".

Os pagamentos serão efetuados Em até 30 (trinta) dias após a conclusão do Objeto, de acordo com o sub-tem 16.1 do edital.

CONDIÇÕES PARA ENTREGA
Os produtos referentes aos lotes, desta licitação deverão ser entregues mediante solicitação do órgão responsável, em até 30 dias, no Município de Altônia – PR.

A SECRETARIA DE SAUDE, Rejeitará no todo ou em parte os produtos que estiverem em desacordo com as condições estabelecidas no Edital.

A DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Os recursos para pagamento decorrentes da aquisição do objeto da presente licitação serão recursos oriundos da Fonte: Secretaria de saúde – Divisão de Saúde – 06.002.103010006.2.034.3390.30 – Material de Consumo

Altônia-PR., 15 de junho de 2016.

EXTRATO DO CONTRATO DE FOrmENCImento Nº 107/2016
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE Nº 031/2016

HOMOLOGADO ATRAVES DO TERMO DE RATIFICAÇÃO Nº 31/2016 DE 14 DE JUNHO DE 2016

Pelo presente instrumento particular, celebram entre si o MUNICIPIO DE ALTÔNIA – PREFEITURA MUNICIPAL, inscrita no CNPJ nº 81.478.059/0001-91, doravante denominada CONTRATANTE, com sede administrativa na Rua Rui Barbosa, 815 – Centro, na cidade de Altônia, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Exmo. Sr. AMARILDO RIBEIRO NOVA TO, portador do RG nº 4.199.060-0 SSP/PR e CPF nº 570.142.999-72, residente na Rua Dom Pedro, 164 na cidade de Altônia, Estado do Paraná, e na qualidade de CONTRATADA empresa: VIANMAQ EQUIPAMENTOS LTDA, inscrito no CNPJ sob nº 08.838.430/0002-20, neste ato representada pelo Sr. Cedric Albert Vian, portador do RG nº 37508535 e do CPF nº 028.163.469-60, residente na Estrada Araca, na cidade de MARINGÁ, Estado do PR, resolve firmar o presente Contrato de FOrmENCImento para entrega do objeto da Licitação na Modalidade INEXIGIBILIDADE Nº 031/2016, mediante cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

OBJETO
O presente Contrato de FOrmENCImento tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DETENTORA DE EXCLUSIVIDADE PARA FOrmENCImento DE PEÇAS ORIGINAIS PARA MANUTENÇÃO DA PA 028/2016, a seguir descritos:

Lote	Quant.	Descrição
1,0	1	EIXO – COD. 418-17-31811

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
O presente contrato de fornecimento é de natureza civil, não cabendo outra forma de interpretação, firmado com o amparo da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, e fundamentado na licitação sob a modalidade PREGÃO Nº 069/2016, vencido pela contratada.

DO VALOR
O valor dos lotes vencidos pela Empresa: YAMAMOTO & BARRETO LTDA - ME e de R\$ 2.979,00 (dois mil novecentos e setenta e nove reais).

O presente contrato terá vigência de 04 (quatro) meses, com início em 27 de junho de 2016 e término em

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTÔNIA

com o amparo da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, e fundamentado na licitação sob a modalidade INEXIGIBILIDADE Nº 031/2016, vencido pela contratada.

Os casos omissos serão dirimidos segundo os princípios jurídicos aplicáveis ao caso em tela.

DO VALOR
O valor dos lotes vencidos pela Empresa VIANMAQ EQUIPAMENTOS LTDA e de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

CLÁUSULA QUARTA - VIGÊNCIA
O presente contrato terá vigência de 04 (quatro) meses, com início em 15 de junho de 2016 e término em 14 de outubro de 2016, podendo ser prorrogado por até igual período, caso haja interesse entre as partes contratuais, e saldo nos itens licitados.

CLÁUSULA QUINTA: DA FORMA DE PAGAMENTO
Para efeito de pagamento, a contratada encaminhará à Prefeitura Municipal de Altônia, após Homologação, e entrega total dos Produtos, a Nota Fiscal, com as especificações detalhadas que acompanham os produtos, bem como deverá constar na Nota Fiscal, o tipo e o número da Licitação. Ex: "Inexigibilidade Nº031/2016".

Os pagamentos serão efetuados Em até 30 (trinta) dias após a conclusão do Objeto, de acordo com o sub-tem 16.1 do edital.

CONDIÇÕES PARA ENTREGA
Os produtos referentes aos lotes, desta licitação deverão ser entregues mediante solicitação do órgão responsável, em até 15 DIAS, no Município de Altônia – PR.

A SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS, Rejeitará no todo ou em parte os produtos que estiverem em desacordo com as condições estabelecidas no Edital.

A DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Os recursos para pagamento decorrentes da aquisição do objeto da presente licitação serão recursos oriundos da Fonte: SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS – DIVISÃO DE SERVIÇOS RODVIÁRIOS – 07.003.267820009.2.039.3390.30 – MATERIAL DE CONSUMO

Altônia-PR., 16 de junho de 2016.

EXTRATO DO CONTRATO DE FOrmENCImento Nº 108/2016
MODALIDADE JUSTIFICATIVA Nº 029/2016

HOMOLOGADO ATRAVES DO TERMO DE RATIFICAÇÃO Nº 029 DE 17 DE JUNHO DE 2016

Pelo presente instrumento particular, celebram entre si o MUNICIPIO DE ALTÔNIA – PREFEITURA MUNICIPAL, inscrita no CNPJ nº 81.478.059/0001-91, doravante denominada CONTRATANTE, com sede administrativa na Rua Rui Barbosa, 815 – Centro, na cidade de Altônia, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Exmo. Sr. AMARILDO RIBEIRO NOVA TO, portador do RG nº 4.199.060-0 SSP/PR e CPF nº 570.142.999-72, residente na Rua Dom Pedro, 164 na cidade de Altônia, Estado do Paraná, e na qualidade de CONTRATADA empresa: FIPAL DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA, inscrito no CNPJ sob nº 77.396.810/0006-48, neste ato representada pelo Sr. Vilmar José Fedato, portador do RG nº 34142050, CPF nº 369.290.349-91, residente na Av Tiradentes, na cidade de Umuarama, Estado do PR, resolve firmar o presente Contrato de FOrmENCImento para entrega do objeto da Licitação na Modalidade DISPENSA POR JUSTIFICATIVA Nº 029/2016, mediante cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

OBJETO
O presente Contrato de FOrmENCImento tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DETENTORA DE EXCLUSIVIDADE PARA FOrmENCImento DE PEÇAS ORIGINAIS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS PARA REVISÃO DOS VEICULOS AMBULANCIA FIAT DUCATO 7414 E FIAT STRADA 6546 DA SECRETARIA DE SAUDE, a seguir descritos:

Lote	Quant.	Descrição	Valor
1	1	PEÇAS (REVISÃO DA AMBULANCIA DUCATO 15 000 KM)	458,25
2	1	OLEO LUBRIFICANTE (REVISÃO DA AMBULANCIA DUCATO 15 000 KM)	
327,15	235,00	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECANICOS (REVISÃO DA AMBULANCIA DUCATO 15 000 KM)	
49,00	1	ALINHAMENTO E BALANCEAMENTO (REVISÃO DA AMBULANCIA DUCATO 15 000 KM)	
5	1	PASTILHA FREIO (REVISÃO FIAT STRADA 30 000 KM)	371,71
6	1	OLEO LUBRIFICANTE (REVISÃO FIAT STRADA 30 000 KM)	156,85
6	1	PEÇAS (REVISÃO FIAT STRADA 30 000 KM)	480,85
647,50	1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECANICOS (REVISÃO FIAT STRADA 30 000 KM)	
9	1	ALINHAMENTO E BALANCEAMENTO (REVISÃO FIAT STRADA 30 000 KM)	

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
O presente contrato de fornecimento é de natureza civil, não cabendo outra forma de interpretação, firmado com o amparo da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, e fundamentado na licitação sob a modalidade DISPENSA POR JUSTIFICATIVA Nº 029/2016, vencido pela contratada.

DO VALOR
O valor dos lotes vencidos pela Empresa FIPAL DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA e de R\$ 2.917,31 (dois mil novecentos e dezessete reais e trinta e um centavos).

VIGÊNCIA
O presente contrato terá vigência de 04 (quatro) meses, com início em 21 de junho de 2016 e término em 20 de outubro de 2016, podendo ser prorrogado por até igual período, caso haja interesse entre as partes contratuais, e saldo nos itens licitados.

DA FORMA DE PAGAMENTO
Para efeito de pagamento, a contratada encaminhará à Prefeitura Municipal de Altônia, após Homologação, e entrega total dos Produtos, a Nota Fiscal, com as especificações detalhadas que acompanham os produtos, bem como deverá constar na Nota Fiscal, o tipo e o número da Licitação. Ex: "Dispensa por Justificativa Nº029/2016".

Os pagamentos serão efetuados Em até 30 (trinta) dias após a conclusão do Objeto, de acordo com o sub-tem 16.1 do edital.

CONDIÇÕES PARA ENTREGA
Os produtos referentes aos lotes, desta licitação deverão ser entregues mediante solicitação do órgão responsável, em até 15 DIAS, no Município de Altônia – PR.

A SECRETARIA DE SAUDE, Rejeitará no todo ou em parte os produtos que estiverem em desacordo com as condições estabelecidas no Edital.

A DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Os recursos para pagamento decorrentes da aquisição do objeto da presente licitação serão recursos oriundos da Fonte: Secretaria de Saúde – 06.103010006.2.034.3390.30 – Material de Consumo 06.103010006.2.034.3390 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 06.002.103040006.2.034.3390 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física

Altônia-PR., 21 de junho de 2016

EXTRATO DO CONTRATO DE FOrmENCImento Nº 109/2016
MODALIDADE DISPENSA POR LIMITE

Publicações Especiais

leis@ilustrado.com.br

SÚMULA DE REQUERIMENTO DA LICENÇA DE INSTALAÇÃO

Amazônia PneuS LTDA, torna público que irá requerer a Licença de Instalação do Instituto Ambiental do Paraná – IAP, para reforma para Serpentes utilizadas, implantada na Rua Jamil Hehl, 5763, CEP Rf. 507-015, fundos: PR-323, bairro Parque Industrial I, Umuarama – PR.

Prefeitura Municipal de Alto Paraiso-PR
 CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000
 Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320
 e-mail – altoparaiso@pref.pr.gov.br
 www.altoparaiso.pr.gov.br

NOTIFICAÇÃO

Dando cumprimento ao contido no Art. 2º da Lei nº 9.452/97, **NOTIFICAMOS** os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e Entidades Empresariais do Município, quanto ao recebimento dos seguintes recursos financeiros:

ÓRGÃO REPASSADOR / PROGRAMA	DATA	VALORES
UNIAO - Cota Parte do Fundo de Participação dos Municípios 1% Cota Entregue no Mês de Julho	07/07/16	247.105,57
TOTAL REPASSE		247.105,57

Alto Paraiso, 13 de julho de 2016.

MARIA APARECIDA ZANUTO FARIA
 Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTÔNIA

Estado do Paraná
 EXTRATO DO 6º ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 191/2014
 PREGÃO Nº 089/2014
 HOMOLOGADA PELO DECRETO Nº 217/2016 DE 15 DE SETEMBRO DE 2016
 Pelo presente instrumento particular, celebram entre si o MUNICÍPIO DE ALTÔNIA – PREFEITURA MUNICIPAL, inscrita no CNPJ nº 091.478.059/0001-91, doravante denominada CONTRATANTE, com sede administrativa na Rua Rui Barbosa, 815 – Centro, na cidade de Altônia, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Exmo. Sr. Sr. AMARILDO RIBEIRO NOVATO, portador do RG nº 4.199.060-0 SSP/PR e CPF nº 570.142.999-72, residente na Rua Dom Pedro, 164 na cidade de Altônia, Estado do Paraná, e na qualidade de CONTRATADA empresa: FUNDAÇÃO CANDIDO GARCIA, inscrita no CNPJ sob nº 04.166.662/0001-97, com sede na Praça Mascarenhas de Moraes, nº 5051, na cidade de Umuarama, estado do Paraná, neste ato representada pela Sra. Neiva Pavan Machado Garcia, portadora do CPF nº 220.185.229-68 e do RG: 10.587.910-5, residente na cidade de Umuarama, estado do Paraná, resolve firmar o presente 6º Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 191/2014 para entrega do objeto da Licitação na Modalidade Pregão Presencial nº 089/2014, mediante cláusulas e condições a seguir estabelecidas:
 DO OBJETO
 O 6º Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 191/2014 tem por objetivo Ampliar a quantidade de áreas para contratação de Estagiários junto à ação de Empresa civil interveniente para operacionalização e gestão de estagiários da seguinte forma:
 LOTE
 1 - Secretaria de Educação
 2 - Secretaria de Obras e Serviços públicos
 3 - Secretaria de Saúde
 4 - Secretaria de Agricultura
 5 - Secretaria de Desenvolvimento Social
 6 - Secretaria de Administração (noval)
 DO VALOR
 Em virtude da inclusão da Secretaria de Administração fica acrescido ao Contrato de Prestação de Serviços 191/2014, no valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais).
 DAS DEMAIS CLÁUSULAS
 Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato.
 Altônia-PR, 13 de julho de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA DO SUL

Estado do Paraná
 ERRATA
 A publicação constante da PORTARIA Nº 064/2016 de 12 de julho de 2016, publicada na página C 1 da Edição Nº 10.719 da data de 12 de julho de 2016 no órgão oficial do município jornal "UMUARAMA ILUSTRADO", passa a ter a seguinte disposição por ter sido erroneamente publicado.
 Onde se lê: 03 (três) SERVIÇOS GERAIS MASCULINO com carga horária de 40 horas semanais.
 Leia-se: 04 (quatro) SERVIÇOS GERAIS MASCULINO com carga horária de 40 horas semanais.
 Brasilândia do Sul, 13 de julho de 2016.
 ZANELLATI BARROS DAI
 Chefe da Divisão de Administração e Finanças

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA DO SUL

Estado do Paraná
 PORTARIA Nº 038/2016
 Dispõe sobre a nomeação da Senhora JESSICA DE MENEZES HERMENGILDO, no Cargo de Promovido Efetivo de Educador Infantil, no Quadro de Pessoa de Sua Prefeitura Municipal.
 MARIO JULIANO MARCOLINO, Prefeito do Município de Brasilândia do Sul, Estado do Paraná no uso de suas atribuições legais.
 R E S O L V E:
 I - Nomear a candidata Senhora JESSICA DE MENEZES HERMENGILDO, portadora da Cédula de Identidade RG nº 10.360.526-1-SSP-PR, no Cargo de Promovido Efetivo de EDUCADOR INFANTIL, Nível B Classe 1 a partir da data de 06 de julho de 2016.
 II - A posse da referida candidata no respectivo cargo público dar-se-á na mesma data, na presença da chefia imediata, mediante lavratura do Termo de Posse, devendo cumprir o estágio probatório conforme preceito Constitucional em vigor.
 III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
 MARIO JULIANO MARCOLINO
 Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA

Estado do Paraná
 PORTARIA Nº 210 /2016
 Designa servidor para o desempenho de Funções, junto a Órgão Público, e dá outras providências.
 O MUNICÍPIO DE CIDADE GAÚCHA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, observando especialmente a Lei Orgânica do Município,
 RESOLVE:
 Art. 1º - Nomear MANOEL MESSIAS MARQUES, inscrito no CPF sob nº 151.921.378-61, lotado no cargo de Secretário Municipal de Assistência Social, para acumular a função de Chefe de Divisão de Apoio a Indústria, e responder pela Agência do Trabalhador, por período indeterminado, sem prejuízo do exercício das atribuições do seu cargo, podendo realizar os atos necessários ao bom desempenho desta representação.
 Art. 2º - Para o desempenho destas funções, não haverá acréscimo da remuneração atual.
 Art. 3º - Este ato entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
 Publica-se, registra-se, cumpre-se e arquiva-se.
 Edifício da Prefeitura Municipal de Cidade Gaúcha – Estado do Paraná, aos treze dias do mês de julho de 2016.
 ALEXANDRE LUCENA
 Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA

Estado do Paraná
 RESUMO DO EDITAL DE LEILÃO DE BENS MÓVEIS Nº 002/2016
 PROCESSO Nº 108
 A PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA, ESTADO DO PARANÁ, torna público aos interessados que se encontra aberto, na Diretoria de Compras e Licitações da Secretaria de Administração, Edital da Modalidade Leilão, para alienação de veículos, equipamentos e sucatas inservíveis e de recuperação econômica para o uso do Município de Cidade Gaúcha - PR, conforme as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, e da lei municipal nº 2.238/2016 do dia 16 de Maio de 2016.
 O prazo para a entrega das propostas será na Diretoria de Compras e Licitações desta Prefeitura Municipal encerrar-se-á no dia 01 de Agosto de 2016, às 09:30 horas, com julgamento das propostas no dia 01 de Agosto de 2016, às 10:00 horas.
 Outras informações de interesse serão prestadas pelo Loteiro Administrativo, nomeado pela portaria nº 070/2016, para conduzir o certame, bem como as entregas dos editais no horário das 08:00 às 11:00 e 13:00 às 17:00, nas dependências da Prefeitura Municipal de Cidade Gaúcha - PR, sito rua 25 de julho, 1814, central, fone: (44) 3675-1122, ramal 25.
 Cidade Gaúcha - PR, 12 de julho de 2016.
 ALEXANDRE LUCENA
 Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA

Estado do Paraná
 RESUMO DE EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2016 - PMCG
 PROCESSO Nº 088
 O MUNICÍPIO DE CIDADE GAÚCHA - PR, através da presente licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, consorte da Lei Federal nº 8.666/93, 10.520/02, Lei Complementar nº 123/2006 e Lei Complementar nº 147/2014, com a finalidade de receber propostas para contratação exclusiva de Micro Empresa e Empresa de Pequeno Porte, conforme descrição no anexo I do edital, pelo MENOR PREÇO POR ITEM, do objeto descrito do lote, deste edital que visa atender às dotações Orçamentárias da Municipalidade.
 PREGÃO DOS ENVELOPES
 Até as 11:30 hr do relogio afixado no referido departamento no dia 28/07/2016 na Rua 25 de Julho, 1814, 1º pavimento.
 Dia 29/07/2016 às 08:30 hr na Rua 25 de Julho, 1814 na Sala da Comissão Permanente de Licitação.
 DO OBJETO:
 I - A presente licitação, do tipo menor preço, por item, tendo como objeto a contratação de empresas habilitada para aquisição futura e parcelada de materiais de consumo, expediente e escolar, destinados as Escolas e Creches Municipais de Cidade Gaúcha - PR.
 Outras informações de interesse serão prestadas pelo Expediente, Sr. Geovane Martins de Souza, nomeado pela portaria nº 070/2016, bem como a entrega do edital no horário normal de expediente, nas dependências da Prefeitura Municipal de Cidade Gaúcha, sito a R. 25 de Julho, 1814, Cidade Gaúcha, Estado do Paraná.
 Cidade Gaúcha - PR, 12 de julho de 2016.
 ALEXANDRE LUCENA
 Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE

Estado do Paraná
 TERMO DE PRORROGAÇÃO DE ABERTURA
 PROCESSO Nº 53/2016
 PROCESSO LICITATORIO Nº 84/2016
 Visando o princípio constitucional da isonomia e princípio da publicidade e considerando que não houve interessado para o presente certame, buscando a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, fica prorrogado o presente certame para:
 DATA DA ABERTURA: 26 de julho de 2016.
 HORÁRIO: 10:00 horas.
 LOCAL: EDIFÍCIO DO PAÇO MUNICIPAL/DIVISÃO DE COMPRAS
 OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de peças e mão-de-obra destinado ao conserto do Veículo Onibus Flecha ANV-8053. Órgão solicitante: Secretaria Municipal de Saúde - Divisão do Fundo Municipal de Saúde.
 Conforme especificações no Anexo I.
 Maiores informações poderão ser obtidas junto à Divisão de Licitação do Departamento de Compras, sito na Rua Nilton Antônio de Rezende, nº 696, Centro, Cruzeiro do Oeste - Paraná ou pelo telefone nº (44) 3676-8150 ramal 169.
 MARCOS GONÇALVES RIBEIRO
 AUTORIDADE COMPETENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADINA

Estado do Paraná
 REPUBLICAR POR INCORREÇÃO
 PORTARIA Nº 1.139
 De 06 de outubro de 2016
 O MUNICÍPIO DE DOURADINA ao Servidor Público Municipal para cobrir despesas, de alimentação e hospedagem e dá outras providências.
 O PREFEITO MUNICIPAL DE DOURADINA, no uso de suas atribuições legais, e considerando a Lei Municipal nº 1.709 de 30 de Novembro de 2015, que instituiu o pagamento de diárias aos servidores públicos municipais para cobrir despesas de alimentação e hospedagem, em viagem de trabalho;
 RESOLVE:
 I - CONCEDER 03(três) diárias, sendo duas no valor de R\$- 60,00 (sessenta reais) e uma diária de R\$ 30,00(trinta reais), totalizando R\$- 150,00(cento e cinquenta reais) ao servidor municipal, Marcio Henneque Morco, matrícula nº 1707, ocupante do cargo de motorista, lotado na Manutenção da Divisão UBS Hélio Corsini, do Município de Douradina para Serviço de Transporte em Município de Mourão/PR, nos seguintes dias:
 Data Horário Saída/Chegada Destino Motivo
 11/07/2016 06:00 – 18:00 Sarandi/Mandaguape Para levar paciente à Sarandi atendimento em saúde.
 12/07/2016 10:00 – 18:00 Campo Mourão Para levar paciente para consulta em Campo Mourão.
 13/07/2016 04:00 – 16:00 Maringá Levav paciente para tratamento de saúde em Maringá.
 II - Na concessão das diárias mencionadas no inciso I, estão inclusos os períodos de deslocamento do servidor do local de origem até o destino.
 III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
 Paço Municipal Francisco Gil Vera, aos seis dias do mês de Julho de dois mil e dezesseis (06/07/2016).
 Francisco Aparecido da Almeida (são Cevrinhão)
 Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAIMA

Estado do Paraná
 EXTRATO DE LICITAÇÃO
 TOMADA DE PREÇO Nº 013/2016
 A Prefeitura Municipal de Icaraima, Estado do Paraná, com sede na Av. Hermes Vissoto, nº 810, torna público que realizará no local e data abaixo, certame licitatório na modalidade TOMADA DE PREÇO, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, objetivando a contratação de contrato de empreitada com fornecimento de mão de obra e materiais para instalação de sistema de iluminação em LED na praça da bíblia e remanejamento de iluminação existente, conforme memorial, projeto e orçamento anexo ao edital.
 CLÁUSULA SEGUNDA - Os contratantes se comprometem a cumprir todas as demais cláusulas e condições que integra o edital.
 A pasta técnica, com o inteiro teor do Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser examinada no endereço acima indicado a partir do dia 15 de julho de 2016, no horário comercial e será fornecida, pessoalmente ao interessado, no endereço indicado, mediante a apresentação do comprovante de pagamento no valor de R\$ 30,00 (trinta reais). Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento deverão ser dirigidos à Comissão de Licitação no endereço acima mencionado – Telefone (44-3665-8000), fax 44-3665-8001 – "email" planejamento@icaraima.pr.gov.br.
 LOCAL: Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal
 DATA: 01 de Agosto de 2016
 HORÁRIO: 14:00 horas
 Edifício da Prefeitura Municipal de Icaraima, Estado do Paraná, aos 13 dias do mês de Julho de 2016.
 NELSON DE QUEIROZ SOUZA
 Presidente da Comissão Permanente de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE

Estado do Paraná
 EXTRATO DO 6º ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 191/2014
 PREGÃO Nº 089/2014
 O Prefeito Municipal de Cruzeiro do Oeste, no uso de suas atribuições constitucionais e legais e de acordo com a Lei nº 132/2005 e Decretos nº 457/2007 e nº 1022/2014 do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal de Cruzeiro do Oeste que dispõem sobre a progressão horizontal na carreira e considerando:
 a) Que a promoção horizontal dos professores admitidos a partir do ano de 2007 ocorre no mês correspondente à data da admissão funcional a cada dois anos,
 b) Que o profissional da Educação avançará um nível a cada 2 (dois) anos se a média ponderada for igual ou superior a 60(sessenta)
 c) que os efeitos financeiros ocorrem no mês subsequente à data de admissão.
 R E S O L V E:
 Art. 1º Publicar o resultado final da média obtida das 02 (duas) avaliações anuais de desempenho referente aos anos de 2014 e 2015 e a atual Classe na Progressão:
 PROMOÇÃO HORIZONTAL CORRESPONDENTE À DATA DE ADMISSÃO FUNCIONAL/ MÊS DE JUNHO:
 MATRÍCULA NOME CLASSE ANTERIOR MEDIA PROGRESSÃO PARA A CLASSE
 82221 MARIA LUCIA CASSIMIRO MACHADO A3 84 B4
 82491 CLEUZIA MARIA COLNAGO LIMA A3 79 A4
 82731 ELIANE LIMA A3 88 A4
 82731 ESTER FERREIRA PITOL A3 78 A4
 81921 VERA LUCIA GONÇALVES COLNAGO A3 79 A4
 82061 LUZIA FERREIRA DE MORAIS C3 86 C4
 82061 DALCI DE LIMA C3 86 C4
 Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.
 Cruzeiro do Oeste, 10 de julho de 2016
 VALTEIR PEREIRA DA ROCHA
 PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 765/16
 O Prefeito Municipal de Cruzeiro do Oeste, no uso de suas atribuições constitucionais e legais e de acordo com a Lei nº 132/2005 e Decretos nº 457/2007 e nº 1022/2014 do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal de Cruzeiro do Oeste que dispõem sobre a progressão horizontal na carreira e considerando:
 a) Que a promoção horizontal dos professores admitidos a partir do ano de 2007 ocorre no mês correspondente à data da admissão funcional a cada dois anos,
 b) Que o profissional da Educação avançará um nível a cada 2 (dois) anos se a média ponderada for igual ou superior a 60(sessenta)
 c) que os efeitos financeiros ocorrem no mês subsequente à data de admissão.
 R E S O L V E:
 Art. 1º Publicar o resultado final da média obtida das 02 (duas) avaliações anuais de desempenho referente aos anos de 2014 e 2015 e a atual Classe na Progressão:
 PROMOÇÃO HORIZONTAL CORRESPONDENTE À DATA DE ADMISSÃO FUNCIONAL/ MÊS DE ABRIL:
 MATRÍCULA NOME CLASSE ANTERIOR MEDIA PROGRESSÃO PARA A CLASSE
 105101 NELCI FELIX DA SILVA B2 89 B3
 Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.
 Cruzeiro do Oeste, 10 de julho de 2016
 VALTEIR PEREIRA DA ROCHA
 PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 766/16
 O Prefeito Municipal de Cruzeiro do Oeste, no uso de suas atribuições constitucionais e legais e de acordo com a Lei nº 132/2005 e Decretos nº 457/2007 e nº 1022/2014 do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal de Cruzeiro do Oeste que dispõem sobre a progressão horizontal na carreira e considerando:
 a) Que a promoção horizontal dos professores admitidos a partir do ano de 2007 ocorre no mês correspondente à data da admissão funcional a cada dois anos,
 b) Que o profissional da Educação avançará um nível a cada 2 (dois) anos se a média ponderada for igual ou superior a 60(sessenta)
 c) que os efeitos financeiros ocorrem no mês subsequente à data de admissão.
 R E S O L V E:
 Art. 1º Publicar o resultado final da média obtida das 02 (duas) avaliações anuais de desempenho referente aos anos de 2014 e 2015 e a atual Classe na Progressão:
 PROMOÇÃO HORIZONTAL CORRESPONDENTE À DATA DE ADMISSÃO FUNCIONAL/ MÊS DE MAIO:
 MATRÍCULA NOME CLASSE ANTERIOR MEDIA PROGRESSÃO PARA A CLASSE
 106181 GISLAINE DEVECHI FERRARESI C2 91 C3
 Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.
 Cruzeiro do Oeste, 10 de julho de 2016
 VALTEIR PEREIRA DA ROCHA
 PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE

Estado do Paraná
 PORTARIA Nº 011/2016
 O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS:
 R E S O L V E:
 Art. 1º Conceder ao Servidor Público, Gian Leonardo Saulin Avario, portador do RG: 98840230, lotado no cargo de Contador, integrante do quadro de servidores públicos do Município de Cruzeiro do Oeste, no cargo de Contador, o direito de férias regulamentares, correspondente ao período aquisitivo 01/04/2014 a 31/03/2015, a contar do dia 15/07/2016 a 29/07/2016.
 Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
 EDIFÍCIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, AO 13 (DECIMO TERCEIRO) DIA DO MÊS DE JULHO DE 2016.
 APARECIDO DELFINO DOS SANTOS
 Presidente do Legislativo

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAIMA

Estado do Paraná
 AVISO DE LICITAÇÃO
 PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 041/2016
 A Prefeitura Municipal de Icaraima, Estado do Paraná, com sede na Avenida Hermes Vissoto, nº 810, torna público que realizará no local e data abaixo, certame licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, objetivando o registro de Preços para a futura contratação do objeto abaixo identificado:
 OBJETO: Celebração de ata de registro de preços para futuras e eventuais contratações de empresa para aquisições de filtros e lubrificantes automotivos (com mão de obra de instalação incluída), conforme relação com quantidade e especificações constantes no anexo I do edital.
 PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 12 meses.
 PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO: Até 31 de Dezembro de 2016, contados a partir da assinatura do contrato, ressalvado o direito de prorrogação de nos termos da lei 8.666/93.
 VALOR MÁXIMO: R\$ 306.891,25 (trezentos e seis mil oitocentos e noventa e um reais e vinte e cinco centavos), conforme relação com quantidade e especificações constantes no ANEXO I, bem como o edital que regula o presente certame e dispositivos das Leis Federais nº 10.520/2002 e respectivos Decretos regulamentadores, Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do consumidor), Decreto Federal 3.912/2001 e subsidiariamente, pela Lei 8.666/1993 e alterações posteriores, aplicadas às empresas aplicadas às empresas aplicadas às empresas aplicadas às empresas.
 PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO: O prazo de entrega/execução dos produtos/serviços será imediata a partir da requisição do município.
 Edital e demais documentos pertinentes a presente licitação poderão ser apreciados e fornecidos aos interessados mediante cópias impressas ou copias em mídia digital (pen-drive, CD, desde que fornecido pelo licitante) mediante o pagamento de R\$ 30,00, no horário das 08:00h às 11:30h e 13:30h às 17:00h e no telefone (44) 3665-8000, conforme art. 32 da Lei Federal 8.666/93.
 LOCAL: Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal
 DATA: 01 de Agosto de 2016
 HORÁRIO: 09:00 horas
 Edifício da Prefeitura Municipal de Icaraima, Estado do Paraná, em 13 de Julho de 2016.
 MEIRE LUCIA BEZERRA
 Pregoeira
 NELSON DE QUEIROZ SOUZA
 Presidente da Comissão Permanente de Licitações

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATÉ

Estado do Paraná
 EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2016-PMI
 Interessado: Secretaria Municipal de Administração
 Assunto: Locação de prédio comercial localizado nesta cidade, pelo prazo de 12 (doze) meses, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração.
 Embasamento: Artigo 24, Inciso X, da Lei Federal nº 8.666/93
 Contratado: Roberto Rodrigues
 Valor: R\$ 2.320,00
 Despacho: Sidinei Delai "Dispensa o procedimento licitatório, locação de prédio comercial, com base no inciso X, do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/93".
 Data: 13 de julho de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIA HELENA

Estado do Paraná
 EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 01
 Ao Contrato de Fomento nº 051/2016, firmado em 18 de abril de 2016, modalidade Pregão Presencial nº 028/2016.
 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MARIA HELENA
 CONTRATADA: PINHAL & GILAVERTI LTDA - ME, com base na Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações, e prevista no presente edital.
 O objeto do presente Termo Aditivo é o valor global do contrato passara de R\$ 127.086,90 (cento e vinte e sete mil oitenta e seis reais e noventa centavos) para R\$ 133.032,40 (cento e trinta e três mil, trinta e dois reais e quarenta centavos).
 CLÁUSULA TERCEIRA - A RATIFICAÇÃO - Permanecem inalteradas, ratificadas e em pleno vigor todas as demais cláusulas e condições do contrato original, não alterada pelo presente instrumento.
 E por estarem certos e ajustados, firmam o presente termo em 2 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas que também o assinam:
 Maria Helena – PR, 13 de julho de 2016.
 ELIAS BEZERRA DE ARAUJO
 Prefeito Municipal
 MAURO FERREIRA DO PINHAL
 Sócio Administrador

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIA HELENA

Estado do Paraná
 AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL
 PARRA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICRO EMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL.
 O Município de Maria Helena – PR torna público aos interessados a realização do Pregão Presencial nº 064/2016. Objeto: Aquisição de produtos Alimentícios, para serem utilizados nos Projetos atendidos pela Secretaria do Bem Estar Social do Município de Maria Helena.
 Edital disponível a partir de 15 de julho de 2016, das 8h às 12h e das 14h às 17h.
 Endereço: no Setor de Licitações Praça Brasil, 2001, centro ou pelo fone/fax (44) 3662 1030, Maria Helena – PR.
 Entrega das Propostas: 27/07/2016, até as 10h00min.
 Abertura das Propostas: 27/07/2016, às 10h00min.
 Maria Helena – PR, 13 de julho de 2016.
 CELSO JESUS OLIVEIRA
 Pregoeiro Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

Estado do Paraná
 PORTARIA Nº 194/2016
 SÚMULA: Cede Servidor Público.
 A PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 239/2012, de 21 de março de 2012 e Convenio nº 004/2016, de 12 de julho de 2016.
 RESOLVE:
 Art. 1º - Ceder à ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE DE ALTO PARAÍSO, o servidor LUIZ CARLOS BARROS, portador da CI/RG nº 3.707.831-1 SSP/PR, ocupante do cargo de Promovido Efetivo de SERVENTE DE OBRAS, lotado na SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E SERVIÇOS PÚBLICOS, a partir de 13 de julho de 2016, no prazo de 12 (doze) meses para o Município.
 EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO, ESTADO DO PARANÁ, aos 12 (doze) dias do mês de julho de 2016.
 MARIA APARECIDA ZANUTO FARIA
 Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ

Estado do Paraná
 EXTRATO ADITIVO Nº 012
 CONTRATO NÚMERO 15/2012 - LIC. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE INFORMÁTICA PARA IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO SOCIAL (LOCAÇÃO, INSTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PROGRAMAS EDUCATIVOS – SOFTWARES) NAS ÁREA DA SAÚDE, DE ACORDO COM PROCESSO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 008/2012.
 O MUNICÍPIO DE MARILUZ, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público inscrita do CGC/MF nº 76.404.136/0001-29, através de seu representante legal, prefeito JUAREZ DOS SANTOS JUNIOR aqui denominado Contratante, de outro lado O SR. RUDNEY RICARDO RIZZOLLI, brasileiro (a), portador do – RG nº 9702.155-4/SSP-PR, inscrito no CPF/MF sob nº 115.528.968-46, residente e domiciliado na cidade de MARINGÁ/PR, representante da empresa ELOTECH GESTÃO SOCIAL LTDA, aqui denominado Contratada resolveu aditivamente o presente contrato, conforme o disposto nas cláusulas seguintes:
 CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica reajustado pelo INPC em 12,097% (doze virgula zero noventa e sete por cento) o valor do contrato nº 15/2012, passando de R\$ 835,40 (oitocentos e trinta e cinco reais e quarenta centavos) para R\$ 943,76 (novecentos e quarenta e três reais e setenta e sete centavos) mensais, totalizando o valor de R\$ 7.518,60 (sete mil, quinhentos e dezotois reais e sessenta centavos).
 CLÁUSULA SEGUNDA: Os Contratantes se comprometem a cumprir todas as demais Cláusulas e Condições estipuladas no Contrato que não colidirem com o presente instrumento.
 MARILUZ, 29 JUNHO DE 2016.
 JUAREZ DOS SANTOS JUNIOR
 PREFEITO EM EXERCÍCIO
 Contratante
 ELOTECH GESTÃO SOCIAL/DA
 ELOTECH GESTÃO SOCIAL LTDA
 Contratada
 Testemunhas
 NOME _____ CPF _____
 NOME _____ CPF _____

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ

Estado do Paraná
 EXTRATO ADITIVO Nº 011
 CONTRATO NÚMERO 15/2012 - LIC. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE INFORMÁTICA PARA IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO SOCIAL (LOCAÇÃO, INSTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PROGRAMAS EDUCATIVOS – SOFTWARES) NAS ÁREA DA SAÚDE, DE ACORDO COM PROCESSO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 008/2012.
 O MUNICÍPIO DE MARILUZ, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público inscrita do CGC/MF nº 76.404.136/0001-29, através de seu representante legal, prefeito JUAREZ DOS SANTOS JUNIOR aqui denominado Contratante, de outro lado O SR. RUDNEY RICARDO RIZZOLLI, brasileiro (a), portador do – RG nº 9702.155-4/SSP-PR, inscrito no CPF/MF sob nº 115.528.968-46, residente e domiciliado na cidade de MARINGÁ/PR, representante da empresa ELOTECH GESTÃO SOCIAL LTDA, aqui denominado Contratada resolveu aditivamente o presente contrato, conforme o disposto nas cláusulas seguintes:
 CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica prorrogado o término da vigência do contrato nº 15/2012, para o dia 30 de março de 2017.
 CLÁUSULA SEGUNDA: Os Contratantes se comprometem a cumprir todas as demais Cláusulas e Condições estipuladas no Contrato que não colidirem com o presente instrumento.
 MARILUZ, 29 DE JUNHO DE 2016
 JUAREZ DOS SANTOS JUNIOR
 PREFEITO EM EXERCÍCIO
 Contratante
 ELOTECH GESTÃO SOCIAL/DA
 ELOTECH GESTÃO SOCIAL LTDA
 Contratada
 Testemunhas
 NOME _____ CPF _____
 NOME _____ CPF _____

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ

Estado do Paraná
 TERMO ADITIVO Nº 002
 CONTRATO NÚMERO 69/2015 - LIC. FORNECIMENTO COMBUSTIVEL (GASOLINA COMUM, DIESEL E ETANOL) PARA ATENDER OS VEICULOS DA FROTA DO MUNICÍPIO DE MARILUZ, CONFORME PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2015.
 O MUNICÍPIO DE MARILUZ, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público inscrita do CGC/MF nº 76.404.136/0001-29, através de seu representante legal, prefeito PAULO ARMANDO DA SILVA ALVES aqui denominado Contratante, de outro lado O SR. LEANDRO FERREIRA BONFIM, brasileiro (a), portador do - Rg. 5.329.640-8 /SSP- PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 785.944.809-20, residente e domiciliado na cidade de UMUARAMA/PR, representante da empresa L.F. BONFIM EIRELI ME, aqui denominado Contratada, resolveu aditivar o presente contrato, conforme o disposto nas cláusulas seguintes:
 CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica acrescido em 25% (vinte e cinco por cento) o item II do lote II (óleo diesel s10) do contrato nº 69/2015, alterando o valor, passando de R\$306.800,00 (trezentos e seis mil e oitocentos reais) para R\$ 325.300,00 (trezentos e vinte cinco mil e trezentos reais) de acordo com o processo licitatório pregão presencial nº 32/2015, em conformidade com o artigo 58 – I c/c Art.65 inciso I letra b da Lei 8.666/93.
 CLÁUSULA SEGUNDA: Os Contratantes se comprometem a cumprir todas as demais Cláusulas e Condições estipuladas no Contrato que não colidirem com o presente instrumento.
 Mariluz 11 de julho de 2016
 PAULO ARMANDO DA SILVA ALVES
 Contratante
 L.F. BONFIM EIRELI ME
 LEANDRO FERREIRA BONFIM
 Contratada
 Testemunhas _____ CPF _____
 NOME _____ CPF _____
 NOME _____ CPF _____

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTÔNIA

Estado do Paraná
 DECRETO Nº 228/2016
 Homologa parecer exarado por Comissão Municipal de Licitações e Equipe de Apoio sobre julgamento de propostas apresentada em atendimento ao disposto no Edital da Tomada de Preços nº 003/2016 de 22 de junho de 2016 e dá outras providências.
 AMARILDO RIBEIRO NOVATO – Prefeito do Município de Altônia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, D E C R E T A,
 Art. 1º Fica homologado o parecer exarado pela Comissão Municipal de Licitações e Equipe de Apoio, constituída consorte a Portaria nº 001/2016 de 04 de janeiro de 2016, sobre julgamento da proposta apresentada em atendimento ao disposto no Edital da Tomada de Preços nº 003/2016 de 22 de

Publicações Legais

leis@ilustrado.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTÔNIA

DECRETO Nº. 229/2016

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do exercício vigente e dá outras providências.

AMARILDO RIBEIRO NOVATO, Prefeito do Município de Altônia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando o disposto na Lei Municipal nº 1.551/2016 de 13.07.2016.

Artigo 1º. Fica autorizado ao Executivo Municipal de Altônia, a abrir no orçamento geral deste Município, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$-501.900,00 (Quinhentos e um mil e novecentos reais) destinados a despesas abaixo discriminadas:

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	FR	VALOR
06.00 – SECRETARIA DE SAUDE		
06.02 – DIVISÃO DE SAUDE		
10.301.006.2.034 – Hosp/SUS Estadual		
1431/4.90.51.00 – Obras e Instalações.....	496	169.800,00
1574/3.90.30.00 – Material de Consumo.....	496	199.100,00
1575/3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica.....	496	49.900,00
1576/4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente.....	496	29.700,00
10.301.006.2.034 – Programa Rede Mae Paranaense		
1705/4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente.....	496	33.800,00
08.00 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL		
08.02 – DIVISÃO DE ASSISTENCIA SOCIAL		
08.244.010.2.050 – Programa IGD/PBF		
2653/3.90.30.00 – Material de Consumo.....	934	19.600,00
TOTAL		501.900,00

Artigo 2º. Para atendimento ao que trata o Art. 1º serão utilizados recursos a título de Excesso de Arrecadação apurado nas Fontes de Recursos abaixo descritas:

DESCRIÇÃO	FR	VALOR
MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE – Hosp/SUS – Estadual.....	496	448.500,00
MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE – Rede Mae Paranaense.....	496	33.800,00
BLOCO FINANCIAMENTO PROTEÇÃO SOCIAL – IGD/PBF.....	934	19.600,00
TOTAL		501.900,00

Art. 3º - Para a devida correlação entre os instrumentos de planejamento do Município, fica efetuado no PPA e LDO vigentes as alterações oriundas da Lei nº 1.551/2016.

Art. 4º - Fica autorizado a adequação do Cronograma de Desembolso as alterações oriundas da Lei 1.551/2016, no orçamento vigente.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Vereador Pedro de Paiva, aos 13 dias do mês de Julho de 2016.

AMARILDO RIBEIRO NOVATO
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTÔNIA

LEI Nº. 1.548/2016

SUMULA – Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional Especial no Orçamento do exercício vigente e dá outras providências.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE ALTÔNIA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, AMARILDO RIBEIRO NOVATO - PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A PRESENTE LEI:

Artigo 1º. Fica autorizado ao Executivo Municipal de Altônia, a abrir no orçamento geral deste Município, Crédito Adicional Especial, no valor de R\$- 1.177.080,00 (Um milhão, cento e setenta e sete mil e oitenta reais) destinados a despesas abaixo discriminadas:

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	FR	VALOR
06.00 – SECRETARIA DE SAUDE		
06.02 – DIVISÃO DE SAUDE		
10.301.006.2.034 – Assistência Farmacêutica - Estado		
3511/3.90.30.00 – Material de Consumo.....	495	4.000,00
3512/3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica.....	495	2.000,00
10.301.006.2.034 – Conselho Municipal de Saúde		
3513/3.90.30.00 – Material de Consumo.....	495	2.500,00
3514/3.90.33.00 – Passagens e Despesas Com Locomoção.....	495	2.270,00
3515/3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica.....	495	1.500,00
3516/4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente.....	495	2.510,00
10.301.006.2.034 – Teto Financeiro – Estado – Res 651/15		
3517/3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica.....	496	100.000,00
10.301.006.2.034 – Equipamentos para UBS		
3518/4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente.....	495	151.000,00
10.301.006.1.065 – Construção UBS Jardim Paredão		
3531/4.90.51.00 – Obras e Instalações.....	343	5.600,00
10.302.006.2.034 – Equipamentos p/ Hospital Municipal – 1150		
3524/4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente.....	496	410.000,00
07.00 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS		
07.02 – DIVISÃO DE OBRAS E SERVIÇOS		
15.451.007.1.032 – Pavimentação Asfáltica e Calçamento de Ruas		
3460/4.90.51.00 – Obras e Instalações.....	501	199.800,00
3530/4.90.51.00 – Obras e Instalações.....	512	45.900,00
10.00 – SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE		
10.02 – DIVISÃO DE MEIO AMBIENTE		
18.542.12.1.029 – Aquisição de Veículo p/ Coleta Seletiva		
3519/4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente.....	884	250.000,00
TOTAL		1.177.080,00

Artigo 2º. Para atendimento ao que trata o Art. 1º serão utilizados recursos a título de excesso de arrecadação previsto para o exercício corrente nas Fontes de Recursos abaixo descritas:

DESCRIÇÃO	FR	VALOR
CONSTRUÇÃO UBS JARDIM PAREDAO.....	343	5.600,00
ATENÇÃO BÁSICA – ASSISTENCIA FARMACEUTICA.....	495	6.000,00
ATENÇÃO BÁSICA – CONSELHO MUNICIPAL DE SAUDE.....	495	8.780,00
ATENÇÃO BÁSICA – EQUIPAMENTOS UBS.....	495	151.000,00
MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE – TETO FINANCEIRO.....	496	100.000,00
EQUIPAMENTOS PARA O HOSPITAL MUNICIPAL.....	496	410.000,00
ALIENAÇÕES DE BENS.....	501	199.800,00
CIDE (LEI 10866/04).....	512	45.900,00
CONVENIO PROGRAMA DE COLETA SELETIVA.....	884	250.000,00
TOTAL		1.177.080,00

Art. 3º - Para a devida correlação entre os instrumentos de planejamento do Município, fica o Executivo Municipal autorizado a efetuar no PPA e LDO vigentes as alterações oriundas desta lei.

Art. 4º - Fica autorizado a adequação do Cronograma de Desembolso as alterações oriundas desta Lei no orçamento vigente.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Vereador Pedro de Paiva, aos 13 dias do mês de julho de 2016.

AMARILDO RIBEIRO NOVATO
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTÔNIA

LEI Nº. 1.551/2016

SUMULA – Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do exercício vigente e dá outras providências.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE ALTÔNIA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, AMARILDO RIBEIRO NOVATO - PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A PRESENTE LEI:

Artigo 1º. Fica autorizado ao Executivo Municipal de Altônia, a abrir no orçamento geral deste Município, Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$- 501.900,00 (Quinhentos e um mil e novecentos reais) destinados a despesas abaixo discriminadas:

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	FR	VALOR
06.00 – SECRETARIA DE SAUDE		
06.02 – DIVISÃO DE SAUDE		
10.301.006.2.034 – Hosp/SUS Estadual		
1431/4.90.51.00 – Obras e Instalações.....	496	169.800,00
1574/3.90.30.00 – Material de Consumo.....	496	199.100,00
1575/3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica.....	496	49.900,00
1576/4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente.....	496	29.700,00
10.301.006.2.034 – Programa Rede Mae Paranaense		
1705/4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente.....	496	33.800,00
08.00 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL		
08.02 – DIVISÃO DE ASSISTENCIA SOCIAL		
08.244.010.2.050 – Programa IGD/PBF		
2653/3.90.30.00 – Material de Consumo.....	934	19.600,00
TOTAL		501.900,00

Artigo 2º. Para atendimento ao que trata o Art. 1º serão utilizados recursos a título de Excesso de Arrecadação apurado nas Fontes de Recursos abaixo descritas:

DESCRIÇÃO	FR	VALOR
MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE – Hosp/SUS – Estadual.....	496	448.500,00
MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE – Rede Mae Paranaense.....	496	33.800,00
BLOCO FINANCIAMENTO PROTEÇÃO SOCIAL – IGD/PBF.....	934	19.600,00
TOTAL		501.900,00

Art. 3º - Para a devida correlação entre os instrumentos de planejamento do Município, fica o Executivo Municipal autorizado a efetuar no PPA e LDO vigentes as alterações oriundas desta lei.

Art. 4º - Fica autorizada a adequação do Cronograma de Desembolso as alterações oriundas desta Lei no orçamento vigente.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Vereador Pedro de Paiva, 13 dias do mês de Julho de 2016.

AMARILDO RIBEIRO NOVATO
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTÔNIA

DECRETO Nº 229/2016

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do exercício vigente e dá outras providências.

AMARILDO RIBEIRO NOVATO, Prefeito do Município de Altônia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando o disposto na Lei Municipal nº 1.551/2016 de 13.07.2016.

Artigo 1º. Fica autorizado ao Executivo Municipal de Altônia, a abrir no orçamento geral deste Município, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$-501.900,00 (Quinhentos e um mil e novecentos reais) destinados a despesas abaixo discriminadas:

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	FR	VALOR
06.00 – SECRETARIA DE SAUDE		
06.02 – DIVISÃO DE SAUDE		
10.301.006.2.034 – Hosp/SUS Estadual		
1431/4.90.51.00 – Obras e Instalações.....	496	169.800,00
1574/3.90.30.00 – Material de Consumo.....	496	199.100,00
1575/3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica.....	496	49.900,00
1576/4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente.....	496	29.700,00
10.301.006.2.034 – Programa Rede Mae Paranaense		
1705/4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente.....	496	33.800,00
08.00 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL		
08.02 – DIVISÃO DE ASSISTENCIA SOCIAL		
08.244.010.2.050 – Programa IGD/PBF		
2653/3.90.30.00 – Material de Consumo.....	934	19.600,00
TOTAL		501.900,00

Artigo 2º. Para atendimento ao que trata o Art. 1º serão utilizados recursos a título de Excesso de Arrecadação apurado nas Fontes de Recursos abaixo descritas:

DESCRIÇÃO	FR	VALOR
MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE – Hosp/SUS – Estadual.....	496	448.500,00
MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE – Rede Mae Paranaense.....	496	33.800,00
BLOCO FINANCIAMENTO PROTEÇÃO SOCIAL – IGD/PBF.....	934	19.600,00
TOTAL		501.900,00

Art. 3º - Para a devida correlação entre os instrumentos de planejamento do Município, fica o Executivo Municipal autorizado a efetuar no PPA e LDO vigentes as alterações oriundas desta lei.

Art. 4º - Fica autorizada a adequação do Cronograma de Desembolso as alterações oriundas desta Lei no orçamento vigente.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Vereador Pedro de Paiva, aos 13 dias do mês de julho de 2016.

AMARILDO RIBEIRO NOVATO
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTÔNIA

DECRETO Nº 229/2016

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do exercício vigente e dá outras providências.

AMARILDO RIBEIRO NOVATO, Prefeito do Município de Altônia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando o disposto na Lei Municipal nº 1.551/2016 de 13.07.2016.

Artigo 1º. Fica autorizado ao Executivo Municipal de Altônia, a abrir no orçamento geral deste Município, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$-501.900,00 (Quinhentos e um mil e novecentos reais) destinados a despesas abaixo discriminadas:

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	FR	VALOR
06.00 – SECRETARIA DE SAUDE		
06.02 – DIVISÃO DE SAUDE		
10.301.006.2.034 – Hosp/SUS Estadual		
1431/4.90.51.00 – Obras e Instalações.....	496	169.800,00
1574/3.90.30.00 – Material de Consumo.....	496	199.100,00
1575/3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica.....	496	49.900,00
1576/4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente.....	496	29.700,00
10.301.006.2.034 – Programa Rede Mae Paranaense		
1705/4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente.....	496	33.800,00
08.00 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL		
08.02 – DIVISÃO DE ASSISTENCIA SOCIAL		
08.244.010.2.050 – Programa IGD/PBF		
2653/3.90.30.00 – Material de Consumo.....	934	19.600,00
TOTAL		501.900,00

Artigo 2º. Para atendimento ao que trata o Art. 1º serão utilizados recursos a título de Excesso de Arrecadação apurado nas Fontes de Recursos abaixo descritas:

DESCRIÇÃO	FR	VALOR
MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE – Hosp/SUS – Estadual.....	496	448.500,00
MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE – Rede Mae Paranaense.....	496	33.800,00
BLOCO FINANCIAMENTO PROTEÇÃO SOCIAL – IGD/PBF.....	934	19.600,00
TOTAL		501.900,00

Art. 3º - Para a devida correlação entre os instrumentos de planejamento do Município, fica o Executivo Municipal autorizado a efetuar no PPA e LDO vigentes as alterações oriundas desta lei.

Art. 4º - Fica autorizada a adequação do Cronograma de Desembolso as alterações oriundas desta Lei no orçamento vigente.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Vereador Pedro de Paiva, aos 13 dias do mês de julho de 2016.

AMARILDO RIBEIRO NOVATO
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTÔNIA

DECRETO Nº 229/2016

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do exercício vigente e dá outras providências.

AMARILDO RIBEIRO NOVATO, Prefeito do Município de Altônia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando o disposto na Lei Municipal nº 1.551/2016 de 13.07.2016.

Artigo 1º. Fica autorizado ao Executivo Municipal de Altônia, a abrir no orçamento geral deste Município, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$-501.900,00 (Quinhentos e um mil e novecentos reais) destinados a despesas abaixo discriminadas:

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	FR	VALOR
06.00 – SECRETARIA DE SAUDE		
06.02 – DIVISÃO DE SAUDE		
10.301.006.2.034 – Hosp/SUS Estadual		
1431/4.90.51.00 – Obras e Instalações.....	496	169.800,00
1574/3.90.30.00 – Material de Consumo.....	496	199.100,00
1575/3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica.....	496	49.900,00
1576/4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente.....	496	29.700,00
10.301.006.2.034 – Programa Rede Mae Paranaense		
1705/4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente.....	496	33.800,00
08.00 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL		
08.02 – DIVISÃO DE ASSISTENCIA SOCIAL		
08.244.010.2.050 – Programa IGD/PBF		
2653/3.90.30.00 – Material de Consumo.....	934	19.600,00
TOTAL		501.900,00

Artigo 2º. Para atendimento ao que trata o Art. 1º serão utilizados recursos a título de Excesso de Arrecadação apurado nas Fontes de Recursos abaixo descritas:

DESCRIÇÃO	FR	VALOR
MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE – Hosp/SUS – Estadual.....	496	448.500,00
MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE – Rede Mae Paranaense.....	496	33.800,00
BLOCO FINANCIAMENTO PROTEÇÃO SOCIAL – IGD/PBF.....	934	19.600,00
TOTAL		501.900,00

Art. 3º - Para a devida correlação entre os instrumentos de planejamento do Município, fica o Executivo Municipal autorizado a efetuar no PPA e LDO vigentes as alterações oriundas desta lei.

Art. 4º - Fica autorizada a adequação do Cronograma de Desembolso as alterações oriundas desta Lei no orçamento vigente.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Vereador Pedro de Paiva, aos 13 dias do mês de julho de 2016.

AMARILDO RIBEIRO NOVATO
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTÔNIA

LEI Nº. 1.550/2016

SUMULA – Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional Especial no Orçamento do exercício vigente e dá outras providências.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE ALTÔNIA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, AMARILDO RIBEIRO NOVATO - PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A PRESENTE LEI:

Artigo 1º. Fica autorizado ao Executivo Municipal de Altônia, a abrir no orçamento geral deste Município, Crédito Adicional Especial, no valor de R\$- 133.200,00 (Cento e trinta e três mil e duzentos reais) destinados a despesas abaixo discriminadas:

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	FR	VALOR
07.00 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS		
07.02 – DIVISÃO DE OBRAS E SERVIÇOS		
15.451.007.1.032 – Pavimentação Asfáltica e Calçamento de Ruas		
3460/4.90.51.00 – Obras e Instalações.....	501	99.300,00
08.00 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL		
08.02 – DIVISÃO DE ASSISTENCIA SOCIAL		
08.242.010.2.050 – Contribuições para APAE		
3525/4.50.41.00 – Contribuições.....	934	2.200,00
08.243.010.6.059 – Serv. Convivência Fort. Vínculos		
3528/3.90.30.00 – Material de Consumo.....	934	14.000,00
3528/3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica.....	934	13.900,00
08.243.010.2.061 – Piso Básico Variável II		
3529/3.90.30.00 – Material de Consumo.....	934	200,00
TOTAL		133.200,00

Art. 2º - Para atendimento ao que trata o artigo 1º serão utilizadas como contrapartida o cancelamento parcial/total das dotações orçamentárias constantes do orçamento vigente abaixo descritas:

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	FR	VALOR
07.00 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS		
07.02 – DIVISÃO DE OBRAS E SERVIÇOS		
15.451.012.2.076 – Obras de Controle a Erosão		
3345/4.90.51.00 – Obras e Instalações.....	501	36.700,00
07.03 – DIVISÃO DE SERVIÇO RODOVIÁRIO MUNICIPAL		
26.782.009.2.039 – Conservação de Estradas Vicinais		
2208/4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente.....	501	62.600,00
TOTAL DAS REDUÇÕES		133.200,00

Art. 3º - Para a devida correlação entre os instrumentos de planejamento do Município, fica o Executivo Municipal autorizado a efetuar no PPA e LDO vigentes as alterações oriundas desta lei.

Art. 4º - Fica aprovada a alteração na Programação Financeira do Município para o exercício corrente com as modificações introduzidas através desta Lei.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Vereador Pedro de Paiva, aos 13 dias do mês de julho de 2016.

AMARILDO RIBEIRO NOVATO
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTÔNIA

LEI Nº. 1.548/2016

SUMULA – Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional Especial no Orçamento do exercício vigente e dá outras providências.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE ALTÔNIA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, AMARILDO RIBEIRO NOVATO - PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A PRESENTE LEI:

Artigo 1º. Fica autorizado ao Executivo Municipal de Altônia, a abrir no orçamento geral deste Município, Crédito Adicional Especial, no valor de R\$- 1.177.080,00 (Um milhão, cento e setenta e sete mil e oitenta reais) destinados a despesas abaixo discriminadas:

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	FR	VALOR
06.00 – SECRETARIA DE SAUDE		
06.02 – DIVISÃO DE SAUDE		
10.301.006.2.034 – Hosp/SUS Estadual		
1431/4.90.51.00 – Obras e Instalações.....	496	169.800,00
1574/3.90.30.00 – Material de Consumo.....	496	199.100,00
1575/3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica.....	496	49.900,00
1576/4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente.....	496	29.700,00
10.301.006.2.034 – Programa Rede Mae Paranaense		
1705/4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente.....	496	33.800,00
08.00 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL		
08.02 – DIVISÃO DE ASSISTENCIA SOCIAL		
08.242.010.2.050 – Contribuições		

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

Tabela 4.1 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores

Table with columns: RECEITAS, PREVISÃO INICIAL, PREVISÃO ATUALIZADA, Em Reais, RECEITAS REALIZADAS (Até o Bimestre/Exercício, Até o Bimestre/Exercício Anterior).

Table with columns: DESPESAS, DOTAÇÃO INICIAL, DOTAÇÃO ATUALIZADA, DESPESAS EMPENHADAS, DESPESAS LIQUIDADAS, RESTOS A PAGAR NÃO PD.

Table with columns: RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III) - (VI), VALOR, APORTE REALIZADOS.

Table with columns: RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS, VALOR, PERÍODO DE REFERÊNCIA.

Table with columns: RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS, PREVISÃO INICIAL, PREVISÃO ATUALIZADA, RECEITAS REALIZADAS.

Table with columns: DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS, DOTAÇÃO INICIAL, DOTAÇÃO ATUALIZADA, DESPESAS EMPENHADAS, DESPESAS LIQUIDADAS, RESTOS A PAGAR NÃO PD.

Fonte: Sistema "sistema", Unidade Responsável: "Unidade Responsável", Emissão: "dd/mm/aaaa", às "hh:mm:ss", Assinado Digitalmente no dia "dd/mm/aaaa", às "hh:mm:ss".

Tabela 5 - Demonstrativo do Resultado Nominal

Table with columns: RECEITAS, PREVISÃO ATUALIZADA, RECEITAS REALIZADAS, SALDO NÃO REALIZADO.

Table with columns: DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA, Em 31/Dez/Exercício Anterior, Em <Bimestre> Anterior, Em <Bimestre>.

Table with columns: RESULTADO NOMINAL, PERÍODO DE REFERÊNCIA, VALOR.

Table with columns: DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL, VALOR CORRENTE.

Table with columns: META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA.

Table with columns: REGIME PREVIDENCIÁRIO, DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA, Em 31/Dez/Exercício Anterior, Em <Bimestre> Anterior, Em <Bimestre>.

Fonte: Sistema "sistema", Unidade Responsável: "Unidade Responsável", Emissão: "dd/mm/aaaa", às "hh:mm:ss", Assinado Digitalmente no dia "dd/mm/aaaa", às "hh:mm:ss".

Tabela 9 - Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital

Table with columns: RECEITAS, PREVISÃO ATUALIZADA, RECEITAS REALIZADAS, SALDO NÃO REALIZADO.

Table with columns: DESPESAS, DOTAÇÃO ATUALIZADA, DESPESAS EMPENHADAS, DESPESAS LIQUIDADAS, DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS, SALDO NÃO EXECUTADO.

Fonte: Sistema "sistema", Unidade Responsável: "Unidade Responsável", Emissão: "dd/mm/aaaa", às "hh:mm:ss", Assinado Digitalmente no dia "dd/mm/aaaa", às "hh:mm:ss".

Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III.

Tabela 7 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Table with columns: RECEITA CORRENTE LÍQUIDA, VALOR ATÉ O BIMESTRE, DESPESA COM PESSOAL, VALOR, % SOBRE A RCL.

Table with columns: DÍVIDA CONSOLIDADA, VALOR, % SOBRE A RCL, Dívida Consolidada Líquida, Limite Definido por Resolução do Senado Federal.

Table with columns: GARANTIAS DE VALORES, VALOR, % SOBRE A RCL, Total das Garantias Concedidas, Limite Definido por Resolução do Senado Federal.

Table with columns: OPERAÇÕES DE CRÉDITO, VALOR, % SOBRE A RCL, Operações de Crédito Internas e Externas, Operações de Crédito por Antecipação da Receita.

Table with columns: RESTOS A PAGAR, INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO, DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO).

Fonte: Sistema "sistema", Unidade Responsável: "Unidade Responsável", Emissão: "dd/mm/aaaa", às "hh:mm:ss", Assinado Digitalmente no dia "dd/mm/aaaa", às "hh:mm:ss".

Tabela 6 - Demonstrativo do Resultado Primário

Table with columns: RECEITAS PRIMARIAS, PREVISÃO ATUALIZADA, RECEITAS REALIZADAS.

Table with columns: RECEITAS PRIMARIAS CORRENTES (I), RECEITAS PRIMARIAS DE CAPITAL (VI) = (II) - (IV) - (V), RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I) + (VI).

Table with columns: DESPESAS PRIMÁRIAS, DOTAÇÃO ATUALIZADA, DESPESAS EMPENHADAS, DESPESAS LIQUIDADAS, INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS.

Table with columns: RESULTADO PRIMÁRIO (XIV) = (VII) - (XIII), VALOR, SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.

Fonte: Sistema "sistema", Unidade Responsável: "Unidade Responsável", Emissão: "dd/mm/aaaa", às "hh:mm:ss", Assinado Digitalmente no dia "dd/mm/aaaa", às "hh:mm:ss".

Tabela 7 - Demonstrativo das Restos a Pagar por Poder e Órgão

Table with columns: RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES, RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS.

Table with columns: PODER/ÓRGÃO, Em Exercício Anterior, Em 31 de dezembro de "Exercício Anterior", Pagos, Cancelados, Saldo (a), Em Exercício Anterior, Em 31 de dezembro de "Exercício Anterior", Liquidados, Pagos, Cancelados, Saldo (b), Saldo Total (a+b).

Fonte: Sistema "sistema", Unidade Responsável: "Unidade Responsável", Emissão: "dd/mm/aaaa", às "hh:mm:ss", Assinado Digitalmente no dia "dd/mm/aaaa", às "hh:mm:ss".

Tabela 11 - Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos

Table with columns: RECEITAS, PREVISÃO ATUALIZADA, RECEITAS REALIZADAS, SALDO A REALIZAR.

Table with columns: DESPESAS, DOTAÇÃO ATUALIZADA, DESPESAS EMPENHADAS, DESPESAS LIQUIDADAS, DESPESAS PAGAS, DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS, PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR, SALDO A REALIZAR.

Fonte: Sistema "sistema", Unidade Responsável: "Unidade Responsável", Emissão: "dd/mm/aaaa", às "hh:mm:ss", Assinado Digitalmente no dia "dd/mm/aaaa", às "hh:mm:ss".

Tabela 12.2 - Demonstrativo das Despesas com Saúde - Municípios

Table with columns: RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE, PREVISÃO INICIAL, PREVISÃO ATUALIZADA, RECEITAS REALIZADAS.

Table with columns: RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE, PREVISÃO INICIAL, PREVISÃO ATUALIZADA, RECEITAS REALIZADAS.

Table with columns: DESPESAS COM SAÚDE, DOTAÇÃO INICIAL, DOTAÇÃO ATUALIZADA, DESPESAS EMPENHADAS, DESPESAS LIQUIDADAS, DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS.

Table with columns: DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APLICAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO, DOTAÇÃO INICIAL, DOTAÇÃO ATUALIZADA, DESPESAS EMPENHADAS, DESPESAS LIQUIDADAS, DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS.

Table with columns: DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APLICAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO, DOTAÇÃO INICIAL, DOTAÇÃO ATUALIZADA, DESPESAS EMPENHADAS, DESPESAS LIQUIDADAS, DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS.

Table with columns: TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (V) = (IV) - (V), VALOR, % SOBRE A RCL.

Fonte: Sistema "sistema", Unidade Responsável: "Unidade Responsável", Emissão: "dd/mm/aaaa", às "hh:mm:ss", Assinado Digitalmente no dia "dd/mm/aaaa", às "hh:mm:ss".

Table with columns: EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA, INSCRITOS, CANCELADOS/PRESCRITOS, PAGOS, A PAGAR, PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE.

Table with columns: RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS, Saldo Inicial, Despesas executadas no exercício de referência, Saldo Final (Não Aplicado).

Table with columns: RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS, Saldo Inicial, Despesas executadas no exercício de referência, Saldo Final (Não Aplicado).

Table with columns: RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS, Saldo Inicial, Despesas executadas no exercício de referência, Saldo Final (Não Aplicado).

Table with columns: DESPESAS COM SAÚDE, DOTAÇÃO INICIAL, DOTAÇÃO ATUALIZADA, DESPESAS EMPENHADAS, DESPESAS LIQUIDADAS, DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS.

Table with columns: DESPESAS COM SAÚDE, DOTAÇÃO INICIAL, DOTAÇÃO ATUALIZADA, DESPESAS EMPENHADAS, DESPESAS LIQUIDADAS, DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS.

Table with columns: DESPESAS COM SAÚDE, DOTAÇÃO INICIAL, DOTAÇÃO ATUALIZADA, DESPESAS EMPENHADAS, DESPESAS LIQUIDADAS, DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS.

Fonte: Sistema "sistema", Unidade Responsável: "Unidade Responsável", Emissão: "dd/mm/aaaa", às "hh:mm:ss", Assinado Digitalmente no dia "dd/mm/aaaa", às "hh:mm:ss".

Aplicações legais

leis@ilustrado.com.br

Tabela 8.2 - Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE - MUNICÍPIOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA - PR
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Janeiro a Dezembro 2014 (Bimestre Novembro-Dezembro)

RREO - ANEXO 8 (LRF, art. 72)

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (captul do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		Em Reais	
			No Bimestre	Até o Bimestre	(a) / (b)	(c) / (d) x 100
9.970.000,00	9.970.000,00	9.970.000,00	4.815.344,65	7.418.768,98	48,49	
1.1 - Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	1.203.000,00	1.203.000,00	34.981,34	550.936,11	45,80	
1.1.1 - IPTU	780.000,00	780.000,00	6.715,23	411.449,83	55,31	
1.1.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	423.000,00	423.000,00	955,37	7.151,99	75,99	
1.1.3 - Dívida Ativa do IPTU	775.000,00	775.000,00	15.709,14	179.084,96	46,94	
1.1.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	144.500,00	144.500,00	12.232,59	114.857,38	79,49	
1.1.5 - (-) Deduções da Receita do IPTU	-	-	16.040,04	157.171,65		
1.2 - Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Ativa de Bens - ITBI	470.000,00	470.000,00	139.867,65	657.058,07	139,80	
1.2.1 - ITBI	470.000,00	470.000,00	139.867,65	657.058,07	139,80	
1.2.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	-	8,88	17,34		
1.2.3 - Dívida Ativa do ITBI	-	-	-	-		
1.2.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	-	-	-		
1.2.5 - (-) Deduções da Receita do ITBI	-	-	-	-		
1.3 - Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	660.000,00	660.000,00	109.668,37	676.636,08	751,93	
1.3.1 - ISS	650.000,00	650.000,00	109.206,63	668.966,87	102,91	
1.3.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	10.000,00	10.000,00	18,27	316,44	9,04	
1.3.3 - Dívida Ativa do ISS	10.500,00	10.500,00	817,14	7.678,57	73,13	
1.3.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	5.000,00	5.000,00	6,74	3.447,60	68,85	
1.3.5 - (-) Deduções da Receita do ISS	-	-	375,41	3.748,40		
1.4 - Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	500.000,00	500.000,00	150.824,74	614.130,37	106,18	
1.4.1 - IRRF	500.000,00	500.000,00	150.824,74	614.130,37	106,18	
1.4.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	-	-	-		
1.4.3 - Dívida Ativa do IRRF	-	-	-	-		
1.4.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	-	-	-		
1.4.5 - (-) Deduções da Receita do IRRF	-	-	-	-		
1.5 - Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF art. 153, 8º - inciso III)	-	-	-	-		
1.5.1 - ITR	-	-	-	-		
1.5.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	-	-	-		
1.5.3 - Dívida Ativa do ITR	-	-	-	-		
1.5.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	-	-	-		
1.5.5 - (-) Deduções da Receita do ITR	-	-	-	-		
2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	74.430.000,00	76.140.000,00	4.494.788,33	34.817.408,99	705,31	
2.1 - Conta-Parte FPM	13.300.000,00	13.300.000,00	1.157.118,97	11.654.788,54	87,63	
2.1.1 - Parcela referente a CF art. 150, I alínea b	13.300.000,00	13.300.000,00	-	-		
2.1.2 - Parcela referente a CF art. 150, I alínea c	-	-	-	-		
2.1.3 - Parcela referente a CF art. 150, I alínea e	-	-	-	-		
2.2 - Conta-Parte FPM	9.000.000,00	10.700.000,00	7.637.118,18	11.784.134,08	108,78	
2.2.1 - Parcela referente a CF art. 157, 1º	100.000,00	100.000,00	2.047,85	96.191,40	96,19	
2.2.2 - Parcela referente a CF art. 157, 2º	100.000,00	100.000,00	5.454,74	185.032,22	115,66	
2.2.3 - Parcela referente a CF art. 157, 3º	100.000,00	100.000,00	469.776,42	801.871,96	735,14	
2.2.4 - Parcela referente a CF art. 157, 4º	7.800.000,00	7.600.000,00	67.997,78	1.187.659,10	49,38	
2.3 - ICMS-Desonerado - L.C. nº 87/1996	100.000,00	100.000,00	-	-		
2.4 - Conta-Parte FPM	160.000,00	160.000,00	-	-		
2.5 - Conta-Parte FPM	7.000.000,00	7.000.000,00	-	-		
2.6 - Conta-Parte FPM	-	-	-	-		
2.7 - Conta-Parte FPM	-	-	-	-		
2.8 - Conta-Parte FPM	-	-	-	-		
2.9 - Conta-Parte FPM	-	-	-	-		
2.10 - Conta-Parte FPM	-	-	-	-		
2.11 - Conta-Parte FPM	-	-	-	-		
2.12 - Conta-Parte FPM	-	-	-	-		
2.13 - Conta-Parte FPM	-	-	-	-		
2.14 - Conta-Parte FPM	-	-	-	-		
2.15 - Conta-Parte FPM	-	-	-	-		
2.16 - Conta-Parte FPM	-	-	-	-		
2.17 - Conta-Parte FPM	-	-	-	-		
2.18 - Conta-Parte FPM	-	-	-	-		
2.19 - Conta-Parte FPM	-	-	-	-		
2.20 - Conta-Parte FPM	-	-	-	-		
2.21 - Conta-Parte FPM	-	-	-	-		
2.22 - Conta-Parte FPM	-	-	-	-		
2.23 - Conta-Parte FPM	-	-	-	-		
2.24 - Conta-Parte FPM	-	-	-	-		
2.25 - Conta-Parte FPM	-	-	-	-		
2.26 - Conta-Parte FPM	-	-	-	-		
2.27 - Conta-Parte FPM	-	-	-	-		
2.28 - Conta-Parte FPM	-	-	-	-		
2.29 - Conta-Parte FPM	-	-	-	-		
2.30 - Conta-Parte FPM	-	-	-	-		
2.31 - Conta-Parte FPM	-	-	-	-		
2.32 - Conta-Parte FPM	-	-	-	-		
2.33 - Conta-Parte FPM	-	-	-	-		
2.34 - Conta-Parte FPM	-	-	-	-		
2.35 - Conta-Parte FPM	-	-	-	-		
2.36 - Conta-Parte FPM	-	-	-	-		
2.37 - Conta-Parte FPM	-	-	-	-		
2.38 - Conta-Parte FPM	-	-	-	-		
2.39 - Conta-Parte FPM	-	-	-	-		
2.40 - Conta-Parte FPM	-	-	-	-		
2.41 - Conta-Parte FPM	-	-	-	-		
2.42 - Conta-Parte FPM	-	-	-	-		
2.43 - Conta-Parte FPM	-	-	-	-		
2.44 - Conta-Parte FPM	-	-	-	-		
2.45 - Conta-Parte FPM	-	-	-	-		
2.46 - Conta-Parte FPM	-	-	-	-		
2.47 - Conta-Parte FPM	-	-	-	-		
2.48 - Conta-Parte FPM	-	-	-	-		
2.49 - Conta-Parte FPM	-	-	-	-		
2.50 - Conta-Parte FPM	-	-	-	-		
2.51 - Conta-Parte FPM	-	-	-	-		
2.52 - Conta-Parte FPM	-	-	-	-		
2.53 - Conta-Parte FPM	-	-	-	-		
2.54 - Conta-Parte FPM	-	-	-	-		
2.55 - Conta-Parte FPM	-	-	-	-		
2.56 - Conta-Parte FPM	-	-	-	-		
2.57 - Conta-Parte FPM	-	-	-	-		
2.58 - Conta-Parte FPM	-	-	-	-		
2.59 - Conta-Parte FPM	-	-	-	-		
2.60 - Conta-Parte FPM	-	-	-	-		
2.61 - Conta-Parte FPM	-	-	-	-		
2.62 - Conta-Parte FPM	-	-	-	-		
2.63 - Conta-Parte FPM	-	-	-	-		
2.64 - Conta-Parte FPM	-	-	-	-		
2.65 - Conta-Parte FPM	-	-	-	-		
2.66 - Conta-Parte FPM	-	-	-	-		
2.67 - Conta-Parte FPM	-	-	-	-		
2.68 - Conta-Parte FPM	-	-	-	-		
2.69 - Conta-Parte FPM	-	-	-	-		
2.70 - Conta-Parte FPM	-	-	-	-		
2.71 - Conta-Parte FPM	-	-	-	-		
2.72 - Conta-Parte FPM	-	-	-	-		
2.73 - Conta-Parte FPM	-	-	-	-		
2.74 - Conta-Parte FPM	-	-	-	-		
2.75 - Conta-Parte FPM	-	-	-	-		
2.76 - Conta-Parte FPM	-	-	-	-		
2.77 - Conta-Parte FPM	-	-	-	-		
2.78 - Conta-Parte FPM	-	-	-	-		
2.79 - Conta-Parte FPM	-	-	-	-		
2.80 - Conta-Parte FPM	-	-	-	-		
2.81 - Conta-Parte FPM	-	-	-	-		
2.82 - Conta-Parte FPM	-	-	-	-		
2.83 - Conta-Parte FPM	-	-	-	-		
2.84 - Conta-Parte FPM	-	-	-	-		
2.85 - Conta-Parte FPM	-	-	-	-		
2.86 - Conta-Parte FPM	-	-	-	-		
2.87 - Conta-Parte FPM	-	-	-	-		
2.88 - Conta-Parte FPM	-	-	-	-		
2.89 - Conta-Parte FPM	-	-	-	-		
2.90 - Conta-Parte FPM	-	-	-	-		
2.91 - Conta-Parte FPM	-	-	-	-		
2.92 - Conta-Parte FPM	-	-	-	-		
2.93 - Conta-Parte FPM	-	-	-	-		
2.94 - Conta-Parte FPM	-	-	-	-		
2.95 - Conta-Parte FPM	-	-	-	-		
2.96 - Conta-Parte FPM	-	-	-	-		
2.97 - Conta-Parte FPM	-	-	-	-		
2.98 - Conta-Parte FPM	-	-	-	-		
2.99 - Conta-Parte FPM	-	-	-	-		
2.100 - Conta-Parte FPM	-	-	-	-		

Tabela 14 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA - PR
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Janeiro a Dezembro 2014 (Bimestre Novembro-Dezembro)

RREO - Anexo XVIII (LRF, Art. 48)

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (captul do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		Em Reais	
			No Bimestre	Até o Bimestre	(a) / (b)	(c) / (d) x 100
9.970.000,00	9.970.000,00	9.970.000,00	4.815.344,65	7.418.768,98	48,49	
1.1 - Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	1.203.000,00	1.203.000,00	34.981,34	550.936,11	45,80	
1.1.1 - IPTU	780.000,00	780.000,00	6.715,23	411.449,83	55,31	
1.1.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	423.000,00	423.000,00	955,37	7.151,99	75,99	
1.1.3 - Dívida Ativa do IPTU	775.000,00	775.000,00	15.709,14	179.084,96	46,94	
1.1.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	144.500,00	144.500,00	12.232,59	114.857,38	79,49	
1.1.5 - (-) Deduções da Receita do IPTU	-	-	16.040,04	157.171,65		
1.2 - Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Ativa de Bens - ITBI	470.000,00	470.000,00	139.867,65	657.058,07	139,80	
1.2.1 - ITBI	470.000,00	470.000,00	139.867,65	657.058,07	139,80	
1.2.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	-	8,88	17,34		
1.2.3 - Dívida Ativa do ITBI	-	-	-	-		
1.2.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	-	-	-		
1.2.5 - (-) Deduções da Receita do ITBI	-	-	-	-		
1.3 - Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	660.000,00	660.000,00	109.668,37	676.636,08	751,93	
1.3.1 - ISS	650.000,00	650.000,00	109.206,63	668.966,87	102,91	
1.3.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	10.000,00	10.000,00	18,27	316,44	9,04	
1.3.3 - Dívida Ativa do ISS	10.500,00	10.500,00	817,14	7.678,57	73,13	
1.3.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	5.000,00	5.000,00	6,74	3.447,60	68,85	
1.3.5 - (-) Deduções da Receita do ISS	-	-	375,41	3.748,40		
1.4 - Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	500.000,00	500.000,00	150.824,74	614.130,37	106,18	

Comunicações

leis@ilustrado.com.br

Tabela 10.1 - Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO

EXERCÍCIO

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a) - (b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (C) + (C) anterior
2013	3.156.475,00	2.173.985,25	982.489,75	18.052.978,73
2014	3.406.484,26	2.137.985,25	1.268.500,00	20.321.478,73
2015	3.993.363,36	2.203.841,59	1.789.521,77	22.031.999,97
2016	4.208.113,07	2.215.978,63	1.992.134,44	24.024.134,41
2017	4.468.943,18	2.283.443,25	2.185.499,93	26.209.634,34
2018	4.739.910,06	2.399.190,07	2.340.719,99	28.550.354,33
2019	4.971.897,97	2.554.494,64	2.417.403,33	30.967.757,66
2020	5.208.514,59	2.711.166,28	2.497.348,31	33.465.105,97
2021	5.430.162,45	2.869.408,08	2.560.754,37	36.025.860,34
2022	5.652.874,23	3.029.622,22	2.623.252,01	38.649.112,35
2023	5.794.994,36	3.188.659,07	2.606.335,29	41.255.447,64
2024	5.937.122,87	3.349.705,92	2.587.416,95	43.842.860,59
2025	6.078.969,88	3.512.752,77	2.566.217,11	46.409.073,70
2026	6.225.691,30	3.679.799,62	2.545.891,68	48.953.185,08
2027	6.378.620,39	3.850.846,47	2.527.773,92	51.475.958,00
2028	6.537.251,90	4.025.893,32	2.511.358,58	53.987.316,58
2029	6.701.979,74	4.204.940,17	2.497.039,57	56.484.356,15
2030	6.872.070,33	4.388.987,02	2.483.083,31	58.967.439,46
2031	7.047.923,77	4.578.033,87	2.469.889,90	61.437.329,36
2032	7.228.970,21	4.772.080,72	2.456.889,49	63.894.218,85
2033	7.414.559,65	4.970.127,57	2.444.432,08	66.338.650,93
2034	7.605.028,09	5.172.174,42	2.432.853,67	68.771.504,60
2035	7.800.716,53	5.377.721,27	2.423.995,26	71.194.499,86
2036	8.011.964,97	5.586.768,12	2.425.196,85	73.619.696,71
2037	8.230.033,41	5.799.815,00	2.430.218,41	76.050.915,12
2038	8.456.301,85	6.016.861,85	2.439.440,00	78.490.355,12
2039	8.690.220,29	6.238.408,70	2.451.811,59	80.942.166,71
2040	8.932.238,73	6.465.455,55	2.466.783,18	83.408.950,00
2041	9.182.807,17	6.697.502,40	2.485.304,77	85.894.254,77
2042	9.441.375,61	6.934.549,25	2.506.826,36	88.401.081,13
2043	9.708.394,05	7.177.096,10	2.531.297,95	90.932.379,08
2044	9.984.312,49	7.425.142,95	2.559.169,54	93.481.548,62
2045	10.269.580,93	7.678.189,80	2.591.391,13	96.052.939,75
2046	10.564.649,37	7.935.236,65	2.629.412,72	98.644.352,47
2047	10.869.967,81	8.196.283,50	2.673.684,31	101.258.036,78
2048	11.185.876,25	8.461.330,35	2.724.545,90	103.892.582,68
2049	11.512.724,69	8.730.377,20	2.782.347,49	106.547.930,17
2050	11.850.853,13	9.003.424,05	2.847.429,08	109.225.359,25
2051	12.200.512,57	9.280.470,90	2.920.041,67	111.925.400,92
2052	12.562.052,01	9.561.917,75	2.999.134,26	114.644.535,18
2053	12.935.821,45	9.847.364,60	3.088.456,85	117.393.092,03
2054	13.321.270,89	10.136.811,45	3.184.459,44	120.171.541,47
2055	13.718.859,33	10.430.258,30	3.288.601,03	123.000.142,50
2056	14.128.026,77	10.727.705,15	3.390.321,62	125.880.464,12
2057	14.548.223,21	11.029.152,00	3.519.071,21	128.811.535,33
2058	14.979.899,65	11.333.598,85	3.646.300,80	131.797.836,13
2059	15.422.516,09	11.640.045,70	3.782.470,39	134.840.306,52
2060	15.876.532,53	11.958.492,55	3.918.040,00	137.948.346,52
2061	16.342.408,97	12.280.439,40	4.061.969,57	141.110.316,09
2062	16.820.695,41	12.614.886,25	4.205.809,16	144.326.125,25
2063	17.310.951,85	12.961.833,10	4.349.118,75	147.585.244,00
2064	17.813.628,29	13.321.280,00	4.492.348,29	150.887.592,29
2065	18.329.274,73	13.692.726,90	4.636.547,83	154.224.140,12
2066	18.857.351,17	14.075.173,80	4.782.177,37	157.596.317,49
2067	19.398.319,61	14.468.620,70	4.929.698,91	161.006.016,40
2068	19.952.641,05	14.872.067,60	5.078.573,45	164.454.589,85
2069	20.520.767,49	15.286.514,50	5.229.252,99	168.943.842,84
2070	21.103.051,93	15.702.461,40	5.380.590,53	173.474.433,37
2071	21.699.944,37	16.129.908,30	5.532.036,07	178.046.469,44
2072	22.311.895,81	16.568.855,20	5.683.040,61	182.659.510,05
2073	22.939.367,25	17.019.302,10	5.833.065,15	187.312.575,20
2074	23.582.808,69	17.481.249,00	5.981.559,69	192.004.134,89
2075	24.242.770,13	17.954.695,90	6.128.074,23	196.726.209,12
2076	24.918.601,57	18.439.642,80	6.272.958,77	201.479.167,89
2077	25.609.753,01	18.935.589,70	6.416.163,31	206.255.031,20
2078	26.316.575,45	19.443.536,60	6.547.038,85	211.052.069,05
2079	27.039.428,89	19.963.483,50	6.665.945,39	215.871.014,44
2080	27.777.772,33	20.494.430,40	6.773.341,93	220.704.356,37
2081	28.531.966,77	21.036.877,30	6.869.089,47	225.553.445,84
2082	29.302.471,21	21.591.824,20	6.950.647,01	230.414.092,85
2083	30.089.746,65	22.158.271,10	7.017.475,55	235.286.568,40
2084	30.893.252,09	22.736.718,00	7.066.534,09	240.170.102,49
2085	31.713.456,53	23.327.164,90	7.096.291,63	245.063.894,12
2086	32.550.770,97	23.929.611,80	7.097.159,17	250.067.043,29
2087	33.405.625,41	24.543.058,70	7.062.566,71	255.129.599,00
2088	34.278.459,85	25.168.505,60	6.999.954,25	260.251.553,25
2089	35.169.714,29	25.804.952,50	6.894.761,79	265.426.315,04
2090	36.079.838,73	26.453.399,40	6.696.439,33	270.652.754,37
2091	37.009.282,17	27.114.846,30	6.394.435,87	275.937.190,24
2092	37.958.506,61	27.789.293,20	5.989.213,41	281.276.403,65
2093	38.927.970,05	28.477.740,10	5.450.230,00	286.726.633,65
2094	39.918.134,49	29.180.187,00	4.737.947,49	292.284.581,14
2095	40.929.448,93	29.904.633,90	3.824.815,03	297.949.396,17
2096	41.962.373,37	30.650.080,80	2.712.292,57	303.631.688,74
2097	43.018.278,81	31.417.027,70	1.501.251,11	309.330.939,85
2098	44.096.613,25	32.205.474,60	1.891.138,65	315.042.078,50
2099	45.197.737,69	33.016.921,50	2.180.816,19	320.763.217,69
2100	46.332.012,13	33.850.368,40	2.471.643,73	326.494.861,42
2101	47.499.786,57	34.715.815,30	2.773.971,27	332.228.832,69
2102	48.699.520,01	35.603.262,20	3.096.257,81	337.975.090,50
2103	49.930.673,45	36.512.709,10	3.417.964,35	343.735.054,85
2104	51.192.706,89	37.444.156,00	3.748.550,89	349.503.605,74
2105	52.486.180,33	38.397.602,90	4.088.577,43	355.282.028,17
2106	53.811.473,77	39.373.049,80	4.438.423,97	361.070.452,14
2107	55.168.047,21	40.370.496,70	4.797.550,51	366.867.902,65
2108	56.555.361,65	41.389.943,60	5.165.418,05	372.673.320,70
2109	57.972.976,09	42.429.390,50	5.543.585,59	378.496.906,29
2110	59.421.450,53	43.489.837,40	5.931.613,13	384.338.519,42
2111	60.899.243,97	44.570.284,30	6.328.959,67	390.197.478,09
2112	62.405.817,41	45.671.731,20	6.734.086,21	396.071.564,30
2113	63.940.641,85	46.794.178,10	7.146.463,75	401.950.028,05
2114	65.503.166,29	47.938.125,00	7.565.041,29	407.835.069,34
2115	67.092.851,73	49.093.571,90	7.999.279,83	413.724.349,17
2116	68.708.057,17	50.260.518,80	8.447.538,37	419.625.887,54
2117	70.349.243,61	51.440.965,70	8.908.277,91	425.534.165,45
2118	72.015.970,05	52.632.912,60	9.383.057,45	431.447.222,90
2119	73.707.706,49	53.846.359,50	9.861.346,99	437.366.569,89
2120	75.424.802,93	55.080.306,40	10.343.496,53	443.291.066,42
2121	77.166.719,37	56.344.753,30	10.829.966,07	449.221.032,49
2122	78.933.915,81	57.629.700,20	11.320.215,61	455.151.248,10
2123	80.726.852,25	58.935.147,10	11.791.705,15	461.080.953,25
2124	82.545.988,69	60.261.094,00	12.284.894,69	467.002.847,94
2125	84.390.675,13	61.607.540,90	12.783.134,23	472.916.982,17
2126	86.261.361,57	62.973.487,80	13.285.873,77	478.823.855,94
2127	88.158.508,01	64.366.934,70	13.792.573,31	484.726.282,25
2128	90.081.576,45	65.787.881,60	14.293.694,85	490.619.977,10
2129	92.030.017,89	67.235.328,50	14.798.689,39	496.504.666,49
2130	94.003.381,33	68.708.775,40	15.297.605,93	502.377.272,42
2131	96.002.127,77	70.200.222,30	15.801.905,47	508.239.177,89
2132	98.026.814,21	71.714.669,20	16.312.145,01	514.091.322,90
2133	100.076.801,65	73.246.116,10	16.828.685,55	519.922.908,45
2134	102.152.550,09	74.796.563,00	17.349.987,09	525.732.895,54
2135	104.254.519,53	76.372.010,00	17.876.509,53	531.519.405,07
2136	106.382.160,97	77.973.456,90	18.407.704,07	537.271.109,14
2137	108.535.935,41	79.599.903,80	18.933.031,61	543.004.140,75
2138	110.715.299,85	81.241.350,70	19.451.949,15	548.706.090,90
2139	112.920.614,29	82.907.797,60	19.964.811,69	554.370.902,59
2140	115.151.838,73	84.599.244,50	20.472.594,23	559.993.496,82
2141	117.408.423,17	86.316.691,40	20.975.731,77	565.569.228,59
2142	119.690.817,61	88.059.138,30	21.474.679,31	571.093.907,90
2143	122.008.472,05	89.827.585,20	21.968.886,85	576.562.794,75
2144	124.351.847,49	91.621.032,10	22.458.815,39	581.971.610,14
2145	126.730.491,93	93.439.479,00	22.944.011,93	587.315.622,07
2146	129.143.866,37	95.272.925,90	23.424.940,47	592.585.562,54
2147	131.592.420,81	97.133.372,80	23.901.047,01	597.776.609,55
2148	134.076.615,25	99.014.819,70	24.372.795,55	602.887.805,10
2149	136.595.909,69	100.918.266,60	24.839.643,09	607.909.448,19
2150	139.150.754,13	102.842.713,50	25.291.034,63	612.840.482,82
2151	141.741.608,57	104.787.160,40	25.728.448,17	617.671.931,00
2152	144.368			

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

Tabela 5 – Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA - PR
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Janeiro a Dezembro de 2014

Table with columns: IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS, OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS, DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA, RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO, RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO, EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA). Includes sub-totals for total resources and regime propriety.

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
FONTE: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mm/aaaa> e hora de emissão <hh e mmm>
Nota:
1. A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Tabela 4 – Demonstrativo das Operações de Crédito

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA - PR
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Janeiro a Dezembro/2014

Table with columns: OPERAÇÕES DE CRÉDITO, VALOR REALIZADO, No Quadrimestre de Referência, Até o Quadrimestre de Referência (a). Includes sections for subjects at limit, subjects not at limit, and payment of limits.

Tabela 5 – Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA - PR
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Janeiro a Dezembro de 2014

Table with columns: IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS, OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS, DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA, RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO, RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO, EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA). Includes sub-totals for total resources and regime propriety.

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
FONTE: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mm/aaaa> e hora de emissão <hh e mmm>
Nota:
1. A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

ESTADO DO PARANÁ
LEI Nº 1.304 de 13 de Julho de 2016
SUMULA - Autorização para abertura de CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, ao Orçamento Municipal para o corrente exercício, altera o plano plurianual, a Lei das Diretrizes Orçamentárias e as demais provisórias;
A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE NOVA OLÍMPIA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU, E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:
Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Especial, no corrente Orçamento Geral do Município, no valor de R\$ 1.150,00 (Um mil, cento e cinquenta reais) para atendimento das seguintes Diretrizes Orçamentárias a serem criadas:
Das O U F Funcional Fonte Nomenclatura Categoria Valor e
1951 07 001 15.451.1400.2.015 1.803 Indenizações e
Restituições 4.4.90.93.00 1.150,00
Total Geral: 1.150,00
Art. 2º - Para cobertura dos créditos abertos no artigo primeiro serão utilizados os produtos do Excesso de Arrecadação de Recursos das fontes de recurso em questão, no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais).
Art. 3º - Para cobertura dos créditos abertos no artigo primeiro serão utilizados os produtos do Supravit Financeiro verificado no exercício anterior das fontes de recurso em questão, no valor de R\$ 1.100,00 (Um mil e cem reais).
Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário e esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.
PÁCO MUNICIPAL PREFEITO EDIVALDO RODRIGUES PESSANHA, AOS 13 DIAS DO MÊS DE JULHO DO ANO DE 2016.
LUIZ LAZARO SORVOS
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

ESTADO DO PARANÁ
LEI Nº 1.305 de 13 de Julho de 2016
ALTERA A LEI Nº 842, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2001, E ESTABELECE AS ALÍQUOTAS DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA.
A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE NOVA OLÍMPIA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU, E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:
Art. 1º - O inciso III art.78 da Lei Municipal nº 842 de 28 de Dezembro de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:
Art. 78 - A contribuição previdenciária do Município, Administração Direta, Indireta e Funcional, de 21,35% (vinte e um vírgula trinta e cinco por cento) sobre a totalidade da remuneração de contribuição dos servidores ativos de cargo efetivo sendo 5,26% (cinco vírgula vinte e seis por cento) de custo normal, 2,08% (dois por cento) de custo administrativo e 10,09% (dez vírgula zero nove por cento) de custo suplementar (NR)
Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
PÁCO MUNICIPAL PREFEITO EDIVALDO RODRIGUES PESSANHA, AOS 13 DIAS DO MÊS DE JULHO DO ANO DE 2016.
LUIZ LAZARO SORVOS
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAIMA

Estado do Paraná
Estado do Paraná nº 861/2016-PMI
Extrato do Contrato nº 900, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Icaraima e a empresa Umuarama Ilustrado Ltda. Contratado: Univaldo Campaner & Cia Ltda.
Objeto: fornecimento de merenda escolar
Vigência: 12 meses
Valor Global: R\$ 201.050,00
Data: 13/07/2016
Extrato do Contrato nº 862/2016-PMI
Contratante: Prefeitura Municipal de Icaraima
Contratado: Márcio de Brito Pissini ME
Objeto: fornecimento de merenda escolar
Vigência: 12 meses
Valor Global: R\$ 105.600,00
Data: 13/07/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

Estado do Paraná
CONVÊNIO Nº 04/2016
TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI FAZEM PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE DE ALTO PARAÍSO, ENTIDADE MANTENEDORA DA ESCOLA FÁTIMA DA SILVA – EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL NA MODALIDADE EDUCAÇÃO ESPECIAL. A PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO, Estado do Paraná, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ nº 95.640.736/0001-30, com sede na Avenida Pedro Amaro dos Santos, nº 900, cidade de Alto Paraíso – PR, doravante denominada ENTIDADE CEDENTE, neste ato representado por seu Presidente o Senhor, JOSE REZENDE NETO, brasileiro, divorciado, portador da Cédula de Identidade RG nº 395.958 SSP/PR, e inscrito no CPF/MF nº 281.003.019-72, residente e domiciliado na Rua José Balhazar Rodrigues, nº 2045, neste Município de Alto Paraíso – PR, com fundamento no que dispõe a autarquia de Registro de Imóveis nº 023/2012, de 21 de março de 2012, publicada em 22/03/2012, firmam o presente convênio, de acordo com as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O referido Convênio tem em objeto a cessão de até 02 (dois) servidores Público Municipal para prestar serviços junto a ENTIDADE CESSIONÁRIA com ônus para a ENTIDADE CEDENTE.
CLÁUSULA SEGUNDA – PRAZO DE VIGÊNCIA
Fica estabelecido o presente Convênio celebrado entre a Prefeitura Municipal de Alto Paraíso e a ENTIDADE DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE DE ALTO PARAÍSO, com prazo de vigência a partir de 13/07/2016 a 12/07/2017, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos.
CLÁUSULA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES GERAIS
- Ficará a cargo da ENTIDADE CEDENTE o pagamento do piso salarial e as vantagens inerentes ao Cargo dos Servidores Cedidos.
- As vantagens provenientes da função a ser desempenhada pelos Servidores cedidos ficarão por conta da ENTIDADE CESSIONÁRIA.
- As remunerações dos Serviços Extraordinários realizados pelos Servidores Cedidos ficarão a cargo da ENTIDADE CESSIONÁRIA.
- A cessão será precedida de consulta aos Servidores interessados a prestar serviços na ENTIDADE CESSIONÁRIA; - A lista de servidores interessados a prestar serviços junto a ENTIDADE CESSIONÁRIA, será submetida a esta para escolha dos Servidores a serem cedidos;
- O Servidor somente poderá se ausentar do órgão de origem após a publicação do ato de disposição funcional; - A ENTIDADE CESSIONÁRIA, terá que encaminhar até o 15º dia de cada mês, a Divisão de Recursos da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, o Boletim de Frequência, instruído de cópia de documentos abonadores de faltas; - os Servidores cedidos deverão protocolar os requerimentos de férias e demais licenças, junto a Divisão de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, com a anuência da ENTIDADE CESSIONÁRIA;
CLÁUSULA QUARTA
O presente CONVÊNIO só poderá ser distratado por acordo bilateral dos convênientes.
CLÁUSULA QUINTA
Ficando o acordo entre as partes no que diz respeito a visto a fiscalização dos órgãos públicos competentes conforme o artigo 95 do Estatuto da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, que dispõe as entidades governamentais e não governamentais referidas no artigo 90, serão fiscalizadas pelo Judiciário, pelo Ministério Público e pelos Conselhos Tutelares (ECA, 1990, pág. 18).
CLÁUSULA SEXTA
Fica eleito o Fórum da Comarca de Xambê – PR, para nele dirimir todas e quaisquer controvérsias que se fundam neste instrumento, que não possam ser solucionadas pelas partes signatárias em caráter amigável.
CLÁUSULA SÉTIMA
O presente acordo, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas.
Alto Paraíso – PR, 12 de julho de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTÔNIA

Estado do Paraná
LEI Nº 1.547/2016
SUMULA - Autoriza o Executivo Municipal a celebrar Termo de Cessão e Uso de imóvel com a Secretaria de Estado da Educação para funcionamento da ESCOLA ESTADUAL ANÁLIA FRANCO ENSINO FUNDAMENTAL em dualidade com a ESCOLA MUNICIPAL CARLOS GOMES ENSINO EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL e dá outras providências.
FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE ALTÔNIA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, AMARILDO RIBEIRO NOVAATO - PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A PRESENTE LEI:
Art. 1º - Fica autorizada a Prefeitura Municipal de Altônia a celebrar Termo de Cessão e Uso de imóvel com a Secretaria de Estado da Educação, CNPJ nº 76.416.965/0001-21, para funcionamento da ESCOLA ESTADUAL ANÁLIA FRANCO ENSINO FUNDAMENTAL em dualidade com a ESCOLA MUNICIPAL CARLOS GOMES, EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL, de localidade Altônia, Estado do Paraná.
Art. 2º - O imóvel objeto da Cessão e Uso de que trata esta Lei é o prédio de uma Escola construído nas Datas 554 e 555 (quinhentos e cinquenta e quatro e quinhentos e cinquenta e cinco), da quadra "D", e o prédio da Escola com área de 2.000,00 (dois mil e zero) metros quadrados, inscrita no Matrícula nº 1.889, Fl. 01, DO Livro nº 10, da Prefeitura Municipal de Altônia.
Art. 3º - O imóvel objeto da Cessão e Uso de que trata esta Lei, será utilizado em dualidade pela ESCOLA ESTADUAL ANÁLIA FRANCO ENSINO FUNDAMENTAL, com a ESCOLA MUNICIPAL CARLOS GOMES ENSINO EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL, de acordo com a disponibilidade de espaço físico e a demanda de matrículas da Rede Municipal e Estadual do Município de Altônia.
Art. 4º - Caberá a Secretaria de Estado da Educação, através da Direção da Escola Estadual Anália Franco Ensino Fundamental em parceria com a Prefeitura Municipal de Altônia através da Direção da Escola Municipal Carlos Gomes Ensino Educação Infantil e Ensino Fundamental:
a) Garantir a segurança do imóvel no sentido estrito de inibir furtos, roubos e depredações do imóvel pertencente ao patrimônio público;
b) Atender e informar imediatamente ao NRE de Umuarama e a Prefeitura Municipal de Altônia, situações que requeram soluções emergenciais;
c) Prezar pelo bom relacionamento e convívio pacífico entre a direção das escolas: Escola Estadual Anália Franco e Escola Municipal Carlos Gomes e demais integrantes da comunidade escolar;
d) Suprir toda equipe de serviços gerais, a cessão de materiais de limpeza, a conservação e higiene para o período de funcionamento da Escola Estadual Anália Franco;
e) Promover a manutenção e conservação diária das dependências do imóvel cedido, mantendo-o limpo durante e após o término das atividades;
f) Dividir com o Município o ônus financeiro proveniente de gastos com luz e água;
g) Garantir que a linha telefônica seja independente, caso seja instalado;
h) Participar com o Município, no mínimo 30% do PDDE, na composição orçamentária de despesas com a manutenção, os pequenos reparos e a conservação do prédio.
i) Responsabilizar-se pela guarda, proteção e conservação do imóvel, bem como dos bens móveis e, também pelas medidas e despesas necessárias ao fiel cumprimento do Termo, sem direito a ressarcimento.
Art. 5º - Não utilizar o imóvel para outros fins, bem como não transferir o direito de uso deste imóvel, a qualquer título, total ou parcialmente, sem a aprovação do Termo de Cessão e Uso tornar-se em efeito.
Art. 6º - Eventuais alterações das características físicas do imóvel serão permitidas somente após consulta e autorização pela Prefeitura Municipal de Altônia, cujas alterações ficarão incorporadas ao imóvel, sem direito a indenização ao final da Cessão e Uso.
Art. 7º - O prazo da Cessão e Uso deste imóvel será por 10(dez) anos, podendo ser renovado ao final da vigência desde que o estabelecimento de ensino esteja em regular funcionamento ou poderá ser retomado, a qualquer momento, caso se desvirtue o objeto que deu origem ao presente instrumento.
Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.
Páco Municipal, Vereador Pedro de Paiva, aos 13 dias do mês de Julho de 2016.
AMARILDO RIBEIRO NOVAATO
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTÔNIA

Estado do Paraná
LEI Nº 1.548/2016
SUMULA - Autoriza o Executivo Municipal a realizar contratação e cessão de estagiários remunerados à DELEGACIA DE POLÍCIA DA COMARCA DE ALTÔNIA e dá outras providências.
FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE ALTÔNIA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, AMARILDO RIBEIRO NOVAATO - PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A PRESENTE LEI:
Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a contratar e ceder à Delegacia de Polícia de Altônia, através de Termo de Cooperação ou outro instrumento legal, estagiários de nível superior.
Art. 2º - O Termo de Cooperação, ou outro instrumento legal de que trata esta Lei, tem por objeto a Contratação de estudantes universitários pelo sistema de estágio remunerado pelo Município de Altônia e a disponibilização para realização de atividades profissionais de pesquisa, extensão e atividades complementares para a complementação de sua formação acadêmica e jurídica, através de estágio curricular e extracurricular remunerados, junto à Delegacia de Polícia da Comarca de Altônia.
Parágrafo Único - Os estudantes deverão estar devidamente matriculados, preferencialmente, no curso de Direito;
Art. 3º - Caberá ao Município:
a) Realizar convênio com as Faculdades e Universidades que tenham interesse em oportunizar aos seus alunos o estágio extracurricular remunerado previsto nesta lei.
b) Contratar, remunerar e disponibilizar os estagiários de acordo com a jornada do estágio, nos seguintes termos:
I - Trabalho realizado pelo estagiário em objetivo de melhorar o atendimento ao público, bem como proporcionar ao acadêmico acompanhamento do atendimento jurídico na unidade policial.
II - Destinar até 2 (duas) vagas para os alunos, preferencialmente do Curso de Graduação em Direito, através de currículo firmado com o município, com carga horária máxima de 30 (trinta horas) semanais, e remuneração mensal de até R\$600,00 (seiscentos reais).
b) fiscalizar, junto ao estabelecimento de ensino, o fornecimento do Termo de Concessão de Direito de Estágio (Termo de Compromisso de estágio aos alunos selecionados que será realizado e supervisionado pela Delegacia de Polícia local, nos termos da legislação vigente).
Parágrafo Único. Todos os alunos estagiários deverão ter no mínimo 18 (dezoito) anos de idade.
Art. 4º - Caberá à Delegacia de Polícia:
I - realizar a seleção dos estagiários que preencham as condições previstas nesta lei e no termo de cooperação, nos termos da legislação vigente;
II - Possibilitar o acesso dos estagiários, previamente cadastrados, selecionados e contratados pelo Município, nas dependências da Delegacia de Polícia;
III - Permitir aos estagiários o acesso aos procedimentos administrativos internos que tenham como relação com a tarefa desempenhada pelo estagiário, sempre que não prejudicarem o andamento normal dos processos, e sempre que não sejam sigilosos;
IV - Designar funcionário especificamente destinado para supervisionar os estagiários selecionados.
Parágrafo Primeiro - A realização das atividades, objeto do Termo de Cooperação, não prevê remuneração por parte da Polícia Civil e tampouco criará vínculo empregatício de qualquer espécie.
Parágrafo Segundo - Os estagiários cedidos não poderão exercer funções policiais exclusivas.
Art. 5º - Os estagiários que forem designados para exercer suas atividades nas dependências da Delegacia de Polícia local, através de processo seletivo, deverão preservar o sigilo, mantendo como confidenciais as informações repassadas pela Polícia Civil, para o desenvolvimento do objeto desta cooperação.
Art. 6º - Caberá ao estagiário fazer o requerimento perante a Universidade, através de sua Faculdade, a fim de solicitar o estágio e providenciar a assinatura do Termo de Compromisso, observando as disposições legais e regulamentos, bem como aquelas adotadas na solicitação e execução de estágios curriculares e extracurriculares.
Parágrafo Único - A parte eventualmente interessada na denúncia do Termo de Cooperação, deverá manifestar-se com antecedência de 30 (trinta) dias, através de notificação expressa, à outra parte.
Art. 8º - O Município não assume encargo de natureza indenizatória, trabalhista, social, previdenciária, advinda do efetivo estágio dos alunos estagiários.
Art.9º - Os estagiários, bem como os supervisores e/ou orientadores de ensino e pesquisa não terão, para quaisquer efeitos e fins de direito, vínculo empregatício com o Município e/ou Polícia Civil do Estado do Paraná.
Art. 10 - Os eventuais danos causados a bens móveis, imóveis ou utensílios da Polícia Civil ou de terceiros, ou qualquer outro dano extrapatrimonial em decorrência de ação, omissão na forma do ato ou culpa, na execução do Termo de Cooperação, serão de integral responsabilidade do agente causador, devendo ser apurados por medida administrativa integrada ao processo de investigação de responsabilidade do aluno, este responderá na forma da lei, devendo os cooperantes agir.
Art. 11 - As despesas decorrentes do presente termo de cooperação serão lançadas pelo Município, sob a funcional programática e rubrica do orçamento vigente ou a ser criada por crédito adicional especial, nos termos da legislação vigente.
Art. 12 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Páco Municipal, Vereador Pedro de Paiva, aos 13 dias do mês de Julho de 2016.
AMARILDO RIBEIRO NOVAATO
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO ALVES

Estado do Paraná
EXTRATO DE DISPENSA
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
E dispensa de licitação para a despesa abaixo especificada, devidamente justificada, com o fundamento legal que vem dispor a Lei nº 8.666/93, em especial ao artigo 24, e alterações posteriores, sendo dispensável a licitação.
PROCESSO LICITATÓRIO nº 055/2016
DISPENSA Nº: 005/2016
Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento de Tecidos, Cortinas e Toalhas, em atendimento ao Plano de Trabalho – Recursos oriundos do Programa Brasil Carinhoso, conforme necessidade da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, deste Município de Francisco Alves-PR.
Contratado: BAZAR DO ADAO – EIRELI - ME, devidamente inscrita no CNPJ nº - 84.999.648/0001-03, com sede na Rua BRIGADEIRO FAZENDA LINA, N 722, Centro, Município de FRANCISCO ALVES, Estado do Paraná.
Francisco Alves – PR, 12 de Julho de 2016.
ANDRÉ LUIS CRIPA
PREGOEIRO
ALIRIO JOSE MISTURA
PREFEITO MUNICIPAL

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLIMPIA

ESTADO DO PARANÁ

LEI N.º 1.303 de 13 de Julho de 2016

SÚMULA: DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE NOVA OLÍMPIA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU, E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANÇÃO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - O Orçamento do Município de Nova Olímpia, Estado do Paraná, para o exercício de 2017, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

- I - as Metas Fiscais;
- II - as Prioridades da Administração Municipal;
- III - a Estrutura dos Orçamentos;
- IV - as Diretrizes para a Elaboração do Orçamento do Município;
- V - as Disposições sobre a Dívida Pública Municipal;
- VI - as Disposições sobre Despesas com Pessoal;
- VII - as Disposições sobre Alterações na Legislação Tributária; e
- VIII - as Disposições Gerais.

I - DAS METAS FISCAIS

Art. 2º - Em cumprimento ao estabelecido no artigo 4º da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, as metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2017, estão identificados nos Demonstrativos I a VIII desta Lei, em conformidade com a Portaria n.º 633, de 30 de agosto de 2006-STN.

Art. 3º - A Lei Orçamentária Anual abrangerá as Entidades da Administração Direta, Indiretas constituídas pelas Autarquias, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista que recebem recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

Art. 4º - Os Anexos de Metas Fiscais referidos no Art. 2º desta Lei constituem-se dos seguintes:

- Demonstrativo I - Metas Anuais;
- Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
- Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;
- Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;
- Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
- Demonstrativo VI - Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS;
- Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita; e
- Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

Parágrafo Único - Os Demonstrativos referidos neste artigo, serão apurados em cada Unidade Gestora e a sua consolidação constituirá nas Metas Fiscais do Município.

METAS ANUAIS

Art. 5º - Em cumprimento ao § 1º, do art. 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, o Demonstrativo I - Metas Anuais, será elaborado em valores Correntes e Constantes, relativos à Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal e Montante da Dívida Pública, para o Exercício de Referência 2016 e para os dois seguintes.

§ 1º - Os valores correntes dos exercícios de 2017, 2018 e 2019 deverão levar em conta a previsão de aumento ou redução das despesas de caráter continuado, resultantes da concessão de aumento salarial, incremento de programas ou atividades incentivadas, inclusão ou eliminação de programas, projetos ou atividades. Os valores constantes, utilizam o parâmetro Índice Oficial de Inflação Anual, dentre os sugeridos pela Portaria n.º 633/2006 da STN.

§ 2º - Os valores da coluna "% PIB", serão calculados mediante a aplicação do cálculo dos valores correntes, divididos pelo PIB Estadual, multiplicados por 100.

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

Art. 6º - Atendendo ao disposto no § 2º, inciso I, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior, tem como finalidade estabelecer um comparativo entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício orçamentário anterior, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, incluindo análise dos fatores determinantes do alcance ou não dos valores estabelecidos como metas.

§ 1º - A elaboração deste Demonstrativo pelos municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes se restringe àqueles que tenham elaborado metas fiscais em exercícios anteriores a 2015.

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

Art. 7º - De acordo com o § 2º, item II, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, deverá estar instruídas com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da Política Econômica Nacional.

§ 1º - A elaboração deste Demonstrativo pelos municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes se restringe àqueles que tenham elaborado metas fiscais em exercícios anteriores a 2015.

§ 2º - Objetivando maior consistência e subsídio às análises, os valores devem ser demonstrados em valores correntes e constantes, utilizando-se os mesmos índices já comentados no Demonstrativo I.

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Art. 8º - Em obediência ao § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido, deve traduzir as variações do Patrimônio de cada Ente do Município e sua Consolidação.

Parágrafo Único - O Demonstrativo apresentará em separado a situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

Art. 9º - O § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, que trata da evolução do patrimônio líquido, estabelece também, que os recursos obtidos com a alienação de ativos que integram o referido patrimônio, devem ser replicados em despesas de capital, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral ou próprio dos servidores públicos. O Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos devem estabelecer de onde foram obtidos os recursos e onde foram aplicados.

Parágrafo Único - O Demonstrativo apresentará em separado a situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário

AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DA PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS

Art. 10º - Em razão do que está estabelecido no § 2º, inciso IV, alínea "a", do Art. 4º, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais integrante da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, deverá conter a avaliação da situação financeira e atuarial do regime próprio dos servidores municipais, nos três últimos exercícios O Demonstrativo VI - Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS, seguindo o modelo da Portaria n.º 633/2006-STN, estabeleça um comparativo de Receitas e Despesas Previdenciárias, terminando por apurar o Resultado Previdenciário e a Disponibilidade Financeira do RPPS.

Único - A Portaria n.º 633/06 alterou o Anexo de Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS e a Projeção do Fundo de Previdência, incluindo campos demonstrativos dos repasses da contribuição patronal, que passou a ser empenhada na Prefeitura e receita orçamentária no Fundo, em cumprimentos às Portarias n.º 688, 689/05 e 338/06 - STN, que criou as Receitas de Contribuições Intra-Orçamentárias e a modalidade de aplicação Direta de Órgãos, Fundos e Entidades.

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

Art. 11 - Conforme estabelecido no § 2º, inciso V, do Art. 4º, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais deverá conter um demonstrativo que indique a natureza da renúncia fiscal e sua compensação, de maneira a não propiciar desequilíbrio das contas públicas.

§ 1º - A renúncia compreende incentivos fiscais, anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção, alteração de alíquota ou modificação da base de cálculo e outros benefícios que correspondam ao tratamento diferenciado.

§ 2º - A compensação será acompanhada de medidas provenientes do aumento da receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO.

Art. 12 - O Art. 17, da LRF, considera obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

Parágrafo Único - O Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas de Caráter Continuado, destina-se a permitir possível inclusão de eventuais programas, projetos ou atividades que venham caracterizar a criação de despesas de caráter continuado.

MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DE RECEITAS, DESPESAS, RESULTADO PRIMÁRIO, RESULTADO NOMINAL E MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DAS RECEITAS E DESPESAS.

Art. 13 - O § 2º, inciso II, do Art. 4º, da LRF, determina que o demonstrativo de Metas Anuais seja instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional.

Parágrafo Único - De conformidade com a Portaria n.º 633/2006-STN, a base de dados da receita e da despesa constitui-se dos valores arrecadados na receita realizada e na despesa executada nos três exercícios anteriores e das previsões para 2017, 2018 e 2019.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO PRIMÁRIO.

Art. 14 - A finalidade do conceito de Resultado Primário é indicar se os níveis de gastos orçamentários são compatíveis com sua arrecadação, ou seja, se as receitas não-financeiras são capazes de suportar as despesas não-financeiras.

Parágrafo Único - O cálculo da Meta de Resultado Primário deverá obedecer à metodologia estabelecida pelo Governo Federal, através das Portarias expedidas pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional, e às normas da contabilidade pública.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO NOMINAL.

Art. 15 - O cálculo do Resultado Nominal deverá obedecer à metodologia determinada pelo Governo Federal, com regulamentação pela STN.

Parágrafo Único - O cálculo das Metas Anuais do Resultado Nominal deverá levar em conta a Dívida Consolidada, da qual deverá ser deduzido o Ativo Disponível, mais Haveres Financeiros menos Restos a Pagar Processados, que resultará na Dívida Consolidada Líquida, que somada às Receitas de Privatizações e deduzidos os Passivos Reconhecidos, resultará na Dívida Fiscal Líquida.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA.

Art. 16 - Dívida Pública é o montante das obrigações assumidas pelo ente da Federação. Esta será representada pela emissão de títulos, operações de créditos e precatórios judiciais.

Parágrafo Único - Utiliza a base de dados de Balanços e Balancetes para sua elaboração, constituída dos valores apurados nos exercícios anteriores e da projeção dos valores para 2017, 2018 e 2019.

II - DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 17 - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2016 serão definidas e demonstradas no Plano Plurianual de 2014 a 2017, compatíveis com os objetivos e normas estabelecidas nesta lei.

§ 1º - Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2017 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas nos Anexos do Plano Plurianual não se constituindo, todavia em limite à programação das despesas.

§ 2º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2017, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

III - DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 18 - O orçamento para o exercício financeiro de 2017 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Outras, que recebam recursos do Tesouro e da Seguridade Social e será estruturado em conformidade com a Estrutura Organizacional estabelecida em cada Entidade da Administração Municipal.

Art. 19 - A Lei Orçamentária para 2017 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, especificando aqueles vínculos a Fundos, Autarquias, e aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias SOf/STN 42/1999 e 163/2001 e alterações posteriores, a qual deverão estar anexados os Anexos exigidos nas Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

Art. 20 - A Mensagem de Encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o art. 22, Parágrafo Único, inciso I da Lei 4.320/1964, conterá todos os Anexos exigidos na legislação pertinente.

IV - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 21 - O Orçamento para exercício de 2017 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo o Poder Legislativo e Executivo, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Outras (arts. 1º, § 1º 4º I, "a" e 48 LRF).

Art. 22 - Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2017 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios e a projeção para os dois seguintes (art. 12 da LRF).

Parágrafo Único - Até 30 dias antes do prazo para encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal e do Ministério Público, os estudos e as estimativas de receitas para exercícios subsequentes e as respectivas memórias de cálculo (art. 12, § 3º da LRF).

Art. 23 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, o Poder Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações e observadas a fonte de recursos, adotarão o mecanismo de limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, para as dotações abaixo (art. 9º da LRF):

- I - projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias;
- II - obras em geral, desde que ainda não iniciadas;
- III - dotação para combustíveis, obras, serviços públicos e agricultura; e
- IV - dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo Único - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recursos.

Art. 24 - As Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado em relação à Receita Corrente Líquida, programadas para 2017, poderão ser expandidas em até 5%, tomando-se por base as Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado fixadas na Lei Orçamentária Anual para 2016 (art. 4º, § 2º da LRF), conforme demonstrado em Anexo desta Lei.

Art. 25 - Constituem Riscos Fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo Próprio desta Lei (art. 4º, § 3º da LRF).

§ 1º - Os riscos fiscais, caso se concretize, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver do Excesso de Arrecadação e do Superávit Financeiro do exercício de 2016.

§ 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara Municipal, propondo anulação de recursos ordinários alocados para outras dotações não comprometidas.

Art. 26 - O Orçamento para o exercício de 2017 destinará recursos para a Reserva de Contingência, não inferiores a 1% das Receitas Correntes Líquidas previstas e 30% do total do orçamento de cada entidade para a abertura de Créditos Adicionais Suplementares. (art. 5º, III da LRF).

§ 1º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevisíveis, obtenção de resultado primário positivo se for o caso, e também para abertura de créditos adicionais suplementares conforme disposto na Portaria MPO n.º 42/1999, art. 5º e Portaria STN n.º 163/2001, art. 8º (art. 5º III, "b" da LRF).

§ 2º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 27 - Fica o Poder Executivo autorizado, por meio de ato próprio, a alterar as metas físicas e financeiras das ações previstas no Anexo I desta Lei, para compatibilizá-las com as alterações de valor ou com as modificações efetuadas na Lei Orçamentária Anual para 2017.

Art. 28 - A transposição, ajuste de fontes, superávit por fonte, alteração de modalidade, remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal no âmbito do Poder Executivo e por Ato da Mesa Executiva da Câmara Municipal âmbito do Poder Legislativo (art. 167 VI da Constituição Federal).

Art. 29 - A inclusão, exclusão ou alteração das metas físicas e financeiras constantes no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias poderá ocorrer por intermédio da Lei Orçamentária Anual ou de seus créditos adicionais, apropriando-se ao respectivo programa as modificações consequentes, mediante Decreto do Poder Executivo.

Art. 30 - A autorização prevista nos artigos 28 e 29 não abrange o limite de abertura de créditos adicionais suplementares do art. 26 desta Lei.

Parágrafo único: A autorização contemplada no caput deste artigo, é extensiva às programações orçamentárias dos Fundos, dos Órgãos da Administração Indireta e da Seguridade Social.

Art. 31 - Os investimentos com duração superior a 12 meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual (art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 32 - O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para as Unidades Gestoras, se for o caso (art. 8º da LRF).

Art. 33 - Os Projetos e Atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2016 com dotações vinculadas e fontes de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outras extraordinárias, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido (art. 8º, § parágrafo único e 50, I da LRF).

Art. 34 - A renúncia de receita estimada para o exercício de 2017, constante do Anexo Próprio desta Lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita (art. 4º, § 2º, V e art. 14, I da LRF).

Art. 35 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas a títulos de "subvenções sociais", beneficiará somente aquelas de caráter associativa e cooperativa, educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica (art. 4º, I, "f" e 26 da LRF).

Parágrafo Único - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade municipal (art. 70, parágrafo único da Constituição Federal).

Art. 36 - Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, itens I e II da LRF deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo Único - Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da LRF, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2017, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação, fixado no item I do art. 24 da Lei n.º 8.666/1993, devidamente atualizado (art. 16, § 3º da LRF).

Art. 37 - As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferência voluntária e operação de crédito (art. 45 da LRF).

Art. 38 - Despesas de competência de outros entes da federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária (art. 62 da LRF).

Art. 39 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2017 a preços correntes.

Art. 40 - A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN n.º 163/2001.

Parágrafo Único - A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos entre os Projetos, Atividades ou Operações especiais, poderão ser feitas por Decreto do Prefeito Municipal no âmbito do Poder Executivo e por Decreto Legislativo do Presidente da Câmara no âmbito Legislativo.

Art. 41 - Durante a execução orçamentária de 2017, se o Poder Executivo Municipal for autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das Unidades Gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2016 (art. 167, I da Constituição Federal).

Art. 42 - O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal, obedecerá ao estabelecido no art. 50, § 3º da LRF.

Parágrafo Único - Os custos serão apurados através de operações orçamentárias, tomando-se por base as metas fiscais previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício (art. 4º, "e" da LRF).

Art. 43 - Os programas priorizados por esta Lei e contemplados no Plano Plurianual, que integrem a Lei Orçamentária de 2017 serão objeto de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigirem desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas físicas estabelecidas (art. 4º, I, "e" da LRF).

V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 44 - A Lei Orçamentária de 2017 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento à Despesas de Capital, observado o limite de endividamento, de até 50% das Receitas Correntes Líquidas apuradas até o final do semestre anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LRF (art. 30, 31 e 32).

Art. 45 - A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica (art. 32, Parágrafo Único da LRF).

Art. 46 - Ultrapassado o limite de endividamento definido na legislação pertinente e enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira (art. 31, § 1º, II da LRF).

Art. 47 - A Lei Orçamentária garantirá recursos para a amortização da dívida pública e pagamento da despesa decorrente de débitos refinanciados, inclusive com a Previdência Social.

VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 48 - O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2017, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração de servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou caráter temporário na forma de lei, observados os limites e as regras da LRF (art. 169, § 1º, II da Constituição Federal).

Parágrafo Único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2017.

Art. 49 - Ressalvada a hipótese do inciso X do artigo 37 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal de cada um dos Poderes em 2016, Executivo e Legislativo, não excederá em Percentual da Receita Corrente Líquida, a despesa verificada no exercício de 2016, acrescida de 5%, obedecido o limites prudencial de 51,30% e 5,70% da Receita Corrente Líquida, respectivamente (art. 71 da LRF).

Art. 50 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal não excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da LRF (art. 22, parágrafo único, V da LRF).

Art. 51 - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na LRF (art. 19 e 20 da LRF):

- I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II - eliminação das despesas com horas extras;
- III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 52 - Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o art. 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único - Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 53 - O Executivo Municipal, quando autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de empregos e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios ser considerados no cálculo do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes (art. 14 da LRF).

Art. 54 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita (art. 14 § 3º da LRF).

Art. 55 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação (art. 14, § 2º da LRF).

VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 56 - O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o encerramento do período legislativo anual.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "caput" deste artigo.

§ 2º - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2017, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

Art. 57 - Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência de tesouraria.

Art. 58 - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 59 - O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.

Art. 60 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogando as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO EDIVALDO RODRIGUES PESSANHA, AOS 13 DIAS DO MÊS DE JULHO DO ANO DE 2016.

LUIZ LAZARO SORVOS

Prefeito Municipal